



SER EDUCACIONAL S.A.

Companhia Aberta – CVM nº 23221
CNPJ 04.986.320/0001-13 - NIRE 26.3.0001679-6

**MANUAL E PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
DA**

SER EDUCACIONAL S.A. DE 27 DE ABRIL DE 2026 ÀS 14H00

ÍNDICE

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	Pág. 3
Orientações para Participação na Assembleia	Pág. 5
Edital de Convocação	Pág. 12
Proposta da Administração para deliberação na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 27 de abril de 2026	Pág. 15

ANEXOS AO MANUAL DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

ANEXO I. Comentários dos Administradores sobre a Situação Financeira da Companhia (Item 2 do Formulário de Referência - Anexo C da Resolução CVM 80/22)	Pág. 26
--	----------------

ANEXO II. Cópia do Orçamento de Capital	Pág. 71
--	----------------

ANEXO III. Informações requeridas pelo "ANEXO A" da resolução CVM Nº 81/2022	Pág. 73
---	----------------

ANEXO IV. Informações dos Candidatos Indicados pelo Acionista Controlador a Membros do Conselho de Administração (Itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência - Anexo C da Resolução CVM 80/22)	Pág. 81
--	----------------

ANEXO V. Informações dos Candidatos Indicados pelo Acionista Controlador e Acionistas Minoritários a Membros do Conselho Fiscal (Itens 7.3 a 7.6 do Anexo C da Resolução CVM 80/22)	Pág. 92
--	----------------

ANEXO VI. Informações sobre a remuneração dos administradores, conforme requeridas pelo art. 13 da Resolução CVM nº 81/22 (Item 8 do Formulário de Referência - Anexo C da Resolução CVM 80/22)	Pág. 102
--	-----------------

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Recife/PE, 27 de março de 2026.

Prezados Acionistas,

O presente manual tem por objetivo prestar esclarecimentos acerca das matérias a serem deliberadas na próxima Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia") da Ser Educacional S.A. ("Companhia" ou "Ser Educacional") a realizar-se no dia 27 de abril de 2026, às 14h00.

A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, nos termos do artigo 5º, § 2º, inciso I, e § 3º, e artigo 28, § 2º e § 3º da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), por meio do sistema eletrônico Microsoft Teams ("Sistema Eletrônico"), conforme instruções contidas neste manual. A Administração da Companhia entende que a Assembleia em formato remoto possibilita a participação de todos os acionistas que queiram expressar suas opiniões a respeito das deliberações propostas na Assembleia, promovendo acessibilidade e eficiência no processo de tomada de decisões pelos acionistas, em especial considerando que os temas em discussão não costumam demandar debates extensos.

Além disso, como a Companhia conta com acionistas estrangeiros em sua base acionária e tem um percentual relevante de ações em circulação, a Companhia busca, com a realização da Assembleia em formato digital (online), reduzir os custos operacionais e de organização incorridos pela Companhia bem como os incorridos pelos acionistas no deslocamento para a Assembleia, assegurando amplo acesso aos acionistas, ainda que não estejam fisicamente presentes. A Companhia ressalta que, no futuro, poderá optar pela utilização de outros formatos.

Tendo em vista que este é um momento importante para esclarecer dúvidas, conhecer os resultados alcançados pela Companhia e, acima de tudo, para exercer seu direito de voto e participar ativamente das decisões sobre temas relevantes da Companhia, seguem abaixo informações a respeito dos procedimentos e prazos relativos à Assembleia, bem como a apresentação das propostas da Administração para cada uma das matérias objeto de deliberação.

Nesse sentido, em observância ao procedimento previsto na Resolução CVM 81, os acionistas poderão participar da Assembleia e exercer o voto por meio digital ou por meio de preenchimento e entrega do boletim de voto à distância disponibilizado pela Companhia na página da CVM e, também, em sua própria página na rede mundial de computadores. As orientações para exercício do voto por meio do boletim de voto a distância estão detalhadas no decorrer deste documento.

Atenciosamente,

José Janguê Bezerra Diniz

Presidente do Conselho de Administração

Orientações para Participação na Assembleia

Conforme permitido pela Lei das Sociedades por Ações e pela Resolução CVM 81, a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, nos termos do artigo 5º, § 2º, inciso I, e § 3º, e artigo 28, § 2º e § 3º da Resolução CVM 81, por meio do sistema eletrônico Microsoft Teams ("Sistema Eletrônico"), conforme instruções contidas neste manual.

A participação dos acionistas na Assembleia somente poderá ser:

(a) via boletim de voto a distância ("Boletim de Voto a Distância"), sendo certo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida para a votação a distância constam do item "**Orientações para participação mediante o envio de Boletim de Voto à Distância**" abaixo e do Boletim de Voto a Distância, que pode ser acessado nos *websites* da Companhia (<https://ri.sereducacional.com/>), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br); e

(b) via Sistema Eletrônico, nos termos do artigo 28, § 2º e § 3º, da Resolução CVM 81, hipótese em que o acionista ou seu procurador devidamente constituído poderá:
(i) simplesmente participar da Assembleia, tenha ou não enviado o Boletim de Voto a Distância; ou **(ii)** participar e votar na Assembleia, observando-se que, quanto ao acionista que já tenha enviado o Boletim de Voto a Distância e que, caso queira, vote na Assembleia, todas as instruções de voto recebidas por meio de Boletim de Voto a Distância serão desconsideradas.

Acionista Representado por Procurador

O acionista que não puder comparecer à Assembleia poderá ser representado por procurador, constituído há menos de 1 (um) ano, na forma prevista no parágrafo 1º do Art. 126 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.").

As procurações, nos termos do parágrafo 1º do Art. 126 da Lei das S.A., somente poderão ser outorgadas a pessoas que atendam, pelo menos, um dos seguintes requisitos: (i) ser acionista ou administrador da Ser Educacional, (ii) ser advogado ou (iii) ser instituição financeira. Para os acionistas que sejam pessoas jurídicas, conforme entendimento proferido pelo Colegiado da CVM, em reunião realizada em 4 de novembro de 2014 (Processo CVM RJ2014/3578), não há a necessidade de o mandatário ser (i) acionista ou administrador da Ser Educacional, (ii) advogado ou (iii) instituição financeira.

Nos termos do Art. 6º, § 3º da Resolução CVM 81, os documentos de representação abaixo descritos deverão ser depositados na sede social da Ser Educacional em até 2 (dois) dias antes da Assembleia (ou seja, o dia **25 de abril de 2026 (inclusive)**). **Nos termos do artigo 6º, §3º da Resolução CVM 81/22, a Companhia ressalta que não será admitido o acesso ao Sistema Eletrônico de acionistas que não tiverem realizado seu cadastro ou não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto. Adicionalmente, ainda que o acionista tenha realizado a sua solicitação para participação na Assembleia dentro do prazo previsto, caso ele não tenha ações registradas na última relação da base acionária da Companhia, ele não conseguirá acessar o ambiente da Assembleia.**

Documentos para Participação e Representação

- pessoa física: cópia simples de documento de identificação com foto. Serão aceitos os seguintes documentos de identidade: RG, RNE, CNH, passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas;
- pessoa jurídica: (i) cópia simples de documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is) do acionista; e (ii) cópia autenticada do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração); e
- acionista constituído sob a forma de Fundo de Investimento: (i) cópia simples de documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is) do administrador do Fundo de Investimento (ou do gestor, conforme o caso); (ii) cópia autenticada do último Regulamento do Fundo e do Estatuto Social ou Contrato Social do seu administrador (ou do gestor, conforme o caso); e (iii) a ata de eleição do representante legal e/ou procuração.

A Companhia esclarece que dispensará o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do acionista, a notarização, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do acionista que tenham sido lavrados em inglês ou espanhol, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos.

A Companhia examinará a procuração e os documentos comprobatórios de representação e, se não puder validar a representação com base nos documentos recebidos, não será permitida a participação do acionista em questão, observado que a Companhia envidará os melhores esforços para informar a insuficiência dos documentos comprobatórios de representação ao acionista em tempo hábil para que, caso deseje, ajuste a documentação até o prazo final de apresentação dos documentos para participação na Assembleia (qual seja, até o dia **25 de abril de 2026 (inclusive)**).

Juntamente com a procuração, cada acionista que não for pessoa natural ou que não estiver assinando a procuração em seu próprio nome deverá enviar documentos comprobatórios dos poderes do signatário para representá-lo.

Os documentos para participação e representação deverão ser enviados à Ser Educacional S.A., na Rua Dr. Osvaldo Lima, S/N, Ed. Garagem – no Bairro do Derby, CEP: 52010-180 - Recife, PE, Brasil, aos cuidados da área de Relações com Investidores ou por e-mail, para o e-mail ri@sereducacional.com.

1. Orientações para participação através do Sistema Eletrônico

O acionista que optar por participar da Assembleia de forma remota por meio do Sistema Eletrônico, participará e votará de forma remota na Assembleia, que será transmitida aos acionistas em tempo real.

A Companhia solicita que os acionistas interessados em participar e/ou votar na Assembleia por meio do Sistema Eletrônico enviem até o dia **25 de abril de 2026 (inclusive)** um e-mail para a Companhia, no endereço eletrônico ri@sereducacional.com, manifestando seu interesse em participar de forma remota da Assembleia, e solicitando o link de acesso ao

Sistema Eletrônico ("Solicitação de Acesso").

A Solicitação de Acesso deverá conter: **(i)** a identificação completa do acionista, incluindo seu Cadastro Nacional da Pessoa Física (CPF) ou Cadastro Nacional da Pessoas jurídica (CNPJ), conforme o caso; **(ii)** telefone e endereço de e-mail do solicitante; e **(iii)** cópia simples dos documentos necessários para legitimação e representação, conforme indicado nas seções "**Documentos para Participação e Representação**" e "**Acionista Representado por Procurador**", ficando dispensado excepcionalmente neste caso o envio da via física da documentação. Os acionistas que enviarem a documentação de forma digital serão responsáveis pela sua veracidade.

Verificada a regularidade dos documentos enviados para participação na Assembleia, a Companhia enviará para o e-mail do acionista (ou a seus procuradores, conforme o caso), assim que possível: **(i)** o link e as informações de acesso e habilitação à sala de reunião virtual da Assembleia; e **(ii)** o link para acesso e consulta aos documentos e informações referentes aos assuntos da ordem do dia da Assembleia, os quais também estarão disponíveis na sede da Companhia. Caso determinado acionista não receba as senhas de acesso até 18h00 do dia **26 de abril de 2026**, tal acionista deverá entrar em contato com a Companhia entre 10h e 13h do dia **27 de abril de 2026** por meio do e-mail ri@sereducacional.com, para que seja prestado o suporte necessário em tempo hábil.

O acionista que se cadastrar para participar da Assembleia por meio do Sistema Eletrônico poderá optar por: **(i)** simplesmente participar da Assembleia, tenha ou não enviado o Boletim de Voto a Distância; ou **(ii)** participar e votar na Assembleia, situação em que, se já tiver enviado o Boletim de Voto a Distância, suas instruções de voto recebidas por meio do Boletim de Voto a Distância, identificado por meio do número de sua inscrição no CPF ou CNPJ, serão desconsideradas.

Na data da Assembleia, o link de acesso ao Sistema Eletrônico estará disponível a partir de 30 minutos de antecedência, sendo que o registro da presença da acionista via Sistema Eletrônico somente se dará mediante o acesso via link.

O acionista devidamente cadastrado que participar por meio do Sistema Eletrônico será considerado presente na Assembleia (podendo se manifestar, se comunicar com outros acionistas e exercer seus respectivos direitos de voto) e assinante da respectiva ata, nos termos da Resolução CVM 81.

Após o início da Assembleia, a sala de reunião virtual será fechada e não serão possíveis novos ingressos (exceto em caso de acionistas que percam momentaneamente conexão, a quem será dado prazo para reingresso na conferência), ainda que o acionista tenha realizado cadastro prévio. Assim, a Companhia recomenda que os acionistas acessem o Sistema Eletrônico para participação da Assembleia com **15 minutos de antecedência**. Para melhor andamento da reunião, eventuais manifestações de voto por escrito de acionistas participando remotamente deverão ser enviados à Companhia pelo e-mail ri@sereducacional.com até o encerramento dos trabalhos.

Requisitos técnicos

Para participação pelo Sistema Eletrônico, os acionistas deverão utilizar computador, notebook, telefone celular ou equipamento equivalente que possua câmera de vídeo e áudio, observadas as instruções no link a seguir: <https://learn.microsoft.com/pt-br/microsoftteams/hardware-requirements-for-the-teams-app>.

A Companhia não se responsabilizará por problemas operacionais, pela conexão e acesso à internet dos acionistas e representantes legais durante a Assembleia e outras situações que não estejam sob o controle da Companhia. A Assembleia será gravada, nos termos do Artigo 28, § 1º, inciso II da Resolução CVM 81.

2. Orientações para participação mediante o envio de Boletim de Voto à Distância

Em atendimento ao disposto no Artigo 26 da Resolução CVM 81, a Companhia adotará o sistema de votação à distância na Assembleia.

Nesse sentido, os acionistas poderão encaminhar, a partir desta data e até 4 (quatro) dias antes da data da Assembleia (ou seja, até **23 de abril de 2026 (inclusive)**), o Boletim de Voto a Distância por meio de: **(i)** instruções de preenchimento transmitidas para as instituições e/ou corretoras responsáveis pela custódia das referidas ações ("Agentes de Custódia") que prestem esse serviço; **(ii)** instruções de preenchimento transmitidas diretamente à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), no caso dos acionistas titulares de ações depositadas junto a Central Depositária da B3; **(iii)** instruções de preenchimento transmitidas para o **ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.**, instituição financeira contratada pela Companhia para a prestação de serviços de escrituração de valores mobiliários ("Escriturador"), no caso de ações que não estejam depositadas em depositário central; ou **(iv)** envio diretamente à Companhia, conforme os Boletins de Voto disponibilizados na página da Companhia (<http://ri.sereducacional.com/>), da B3 (www.b3.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br) na rede mundial de computadores (*internet*).

Ressalvada a exceção prevista na Resolução CVM 81, caso haja divergência entre eventual Boletim de Voto a Distância recebido diretamente pela Companhia e instrução de voto contida no mapa consolidado de votação enviado pelo Escriturador com relação a um mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ, a instrução de voto contida no mapa de votação prevalecerá, devendo o Boletim de Voto a Distância recebido diretamente pela Companhia ser desconsiderado.

Durante o prazo de votação, o acionista poderá alterar suas instruções de voto quantas vezes entender necessário, de modo que será considerada no mapa de votação da Companhia a última instrução de voto apresentada.

Uma vez encerrado o prazo de votação, o acionista não poderá alterar as instruções de voto já enviadas. Caso o acionista julgue que a alteração seja necessária, esse deverá participar da Assembleia pelo Sistema Eletrônico, cuidando para a realização do cadastro prévio no prazo estabelecido, enviando ao e-mail da Companhia os documentos exigidos conforme estabelecido na seção "**Orientações para participação através do Sistema Eletrônico**" acima, e solicitar que as instruções de voto enviadas via Boletim de Voto a Distância sejam desconsideradas.

2.1. Exercício de voto por meio de prestadores de serviços

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância por intermédio de prestadores de serviços deverá transmitir as suas instruções de voto:

- (i) a seus respectivos **Agentes de Custódia** que prestem esse serviço;
- (ii) **diretamente à B3**, por meio do canal “Área do Investidor”, disponível em <www.investidor.b3.com.br>, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas na Central Depositária da B3; ou
- (iii) para o **Escriturador**, observadas as regras e prazos por determinadas pelo Escriturador.

Para tanto, os acionistas deverão entrar em contato com os seus Agentes de Custódia, com a B3 ou com o Escriturador, conforme o caso, e verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via Boletim de Voto a Distância, bem como os documentos e informações por eles exigidos para tal.

Nos termos da Resolução CVM 81, o acionista deverá transmitir as instruções de preenchimento do Boletim de Voto a Distância para seus agentes de custódia, para a B3 ou para o Escriturador em até 4 dias antes da data de realização da Assembleia, ou seja, até **23 de abril 2026 (inclusive)**, salvo se prazo mais benéfico for estabelecido por seus agentes de custódia, pela B3 ou pelo Escriturador. Referidos prestadores de serviço comunicarão aos acionistas o recebimento das instruções de voto ou a necessidade de retificação ou reenvio, devendo prever os procedimentos e prazos aplicáveis.

Vale notar que, conforme determinado pela Resolução CVM 81, os referidos prestadores de serviços, ao receber as instruções de voto dos acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, do depositário central ou do Escriturador, desconsiderarão eventuais instruções divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas pelo mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ.

2.2. Exercício de voto mediante envio do Boletim de Voto a Distância pelo acionista diretamente à Companhia

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância poderá, alternativamente, fazê-lo diretamente à Companhia, devendo, para tanto, encaminhar os seguintes documentos à Rua Dr. Osvaldo Lima, S/N, Ed. Garagem – no Bairro do Derby, CEP: 52010-180 - Recife, PE, Brasil, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores:

- Via física original ou digitalização da via original do Boletim de Voto a Distância relativo à Assembleia, devendo estar devidamente preenchidos, rubricados e assinados e com firmas reconhecidas; e
- Cópia autenticada ou digitalização da via original dos documentos listados nas seções “**Documentos para Participação e Representação**” e “**Acionista Representado por Procurador**” acima, conforme o caso.

O acionista pode também, se preferir, enviar as vias digitalizadas dos documentos referidos acima aos cuidados de seu Departamento de Relações com Investidores, para o endereço eletrônico ri@sereducacional.com. Para envio do Boletim de Voto a Distância, a Companhia recomenda que seja assinado digitalmente com o uso de certificado digital (ICP-Brasil).

Nos termos da Resolução CVM 81, o Boletim de Voto a Distância enviado diretamente à Companhia deverá ser recebido até 4 (quatro) dias antes da data de realização da Assembleia, ou seja, até **23 de abril de 2026 (inclusive)**.

Ainda, na hipótese descrita acima, nos termos da regulamentação vigente, a Companhia comunicará ao acionista, no prazo de 3 (três) dias contados do recebimento do Boletim de Voto a Distância, se os documentos recebidos são suficientes ou não para que o voto seja considerado válido e os procedimentos e prazos para eventual retificação e reenvio, caso necessário.

Caso o Boletim de Voto a Distância seja eventualmente encaminhado diretamente à Companhia e não esteja integralmente preenchido ou não venha acompanhado dos documentos comprobatórios descritos acima, este será desconsiderado e tal informação será enviada ao acionista por meio do endereço eletrônico indicado no Boletim de Voto a Distância.

Lembramos que a equipe de Relações com Investidores está ao dispor para esclarecer quaisquer dúvidas sobre procedimentos, prazos e matérias para deliberação através dos seguintes canais de comunicação:

Ser Educacional – Relação com os Investidores

Endereço Eletrônico: ri@sereducacional.com

Telefone: + 55 11 97093-2225

Informações Adicionais

O acionista que decidir votar a distância será considerado presente para todos os efeitos da Lei das S.A., desde que o respectivo Boletim de Voto a Distância seja considerado válido pela Companhia.

A instrução de voto proveniente de um mesmo acionista será atribuída a todas as ações detidas por aquele CPF ou CNPJ, conforme o caso, de acordo com as posições acionárias fornecidas pelo Escriturador.

Caso haja divergência entre as informações constantes de eventual Boletim de Voto a Distância enviado diretamente à Companhia e a instrução de voto contida no mapa de votação enviado pelo Escriturador em relação a um mesmo acionista, a instrução de voto contida no mapa de votação enviado pelo Escriturador prevalecerá, sendo desconsiderado o referido Boletim de Voto a Distância recebido pela Companhia.

Também serão desconsideradas, pela mesa da Assembleia, instruções de voto a distância de acionistas ou representantes de acionistas que, participando remotamente da Assembleia, solicitarem exercer o voto pelo Sistema Eletrônico.

Conflito de Interesses

Durante a realização da Assembleia, assim como ocorre nas reuniões dos órgãos de administração e fiscalização da Companhia, os acionistas deverão manifestar-se em razão da existência de eventual situação de conflito de interesses em quaisquer matérias em discussão ou deliberação, nas quais sua independência venha a ser comprometida. Também deverá manifestar-se qualquer acionista que tenha conhecimento de situação conflituosa em relação a outro acionista e a matéria objeto da deliberação. Quando manifestado o conflito de interesse, o acionista conflitado deverá abster-se na deliberação em relação àquele assunto. Caso o acionista conflitado se recuse de abster-se das deliberações, o presidente da Assembleia deverá determinar a anulação dos votos conflitados proferidos, ainda que posteriormente à Assembleia.

SER EDUCACIONAL S.A
CNPJ 04.986.320/0001-13
NIRE 26.3.0001679-6
Companhia Aberta

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2026**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

(Este anexo se inicia na próxima página.)

(Restante da página deixada propositalmente em branco.)

SER EDUCACIONAL S.A
CNPJ 04.986.320/0001-13
NIRE 26.3.0001679-6
Companhia Aberta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Convidamos os Senhores Acionistas da Ser Educacional S.A. ("Companhia"), na forma prevista no Art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada no dia **27 de abril de 2026, às 14h00**, de modo **exclusivamente digital**, nos termos do artigo 5º, § 2º, inciso I, e § 3º, e artigo 28, § 2º e § 3º da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), por meio do sistema eletrônico Microsoft Teams ("Sistema Eletrônico"), a fim de deliberarem sobre o seguinte:

ORDEM DO DIA:

Em sede de Assembleia Geral Ordinária: **(a)** apreciação das demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer do conselho fiscal, do relatório anual e parecer do comitê de auditoria não-estatutário e do parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; **(b)** apreciação do relatório da administração e das contas dos administradores da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; **(c)** a aprovação do orçamento de capital para o exercício de 2026; **(d)** proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e a distribuição de dividendos; **(e)** determinação do número efetivo de membros do Conselho de Administração; **(f)** enquadramento dos membros independentes do Conselho de Administração; **(g)** eleição dos membros do Conselho de Administração; **(h)** instalação do Conselho Fiscal; **(i)** eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal; e **(j)** aprovação da remuneração global dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal para o exercício social de 2026.

Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: **(a)** rerratificação da remuneração paga à Diretoria Estatutária da Companhia no exercício social de 2025.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

Todos os documentos e informações necessárias ao exercício do direito de voto pelos acionistas, em especial o Manual de Participação dos Acionistas na Assembleia ("Manual"), que inclui as propostas da administração quanto às matérias a serem deliberadas, bem como todos os documentos pertinentes às matérias da ordem do dia da Assembleia, encontram-se à disposição na sede da Companhia, na página da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 (www.b3.com.br) e da Companhia (<http://ri.sereducacional.com/>), na rede mundial de computadores (*internet*).

A participação dos acionistas na Assembleia somente poderá ser:

(a) via envio de boletim de voto a distância ("Boletim de Voto a Distância"); e

(b) via participação pelo Sistema Eletrônico, nos termos do artigo 28, § 2º e § 3º, da Resolução CVM 81, hipótese em que o acionista ou seu procurador devidamente constituído poderá: **(i)** simplesmente participar da Assembleia, tenha ou não enviado o Boletim de Voto a Distância; ou **(ii)** participar e votar na Assembleia, observando-se que, quanto ao acionista que já tenha enviado o Boletim de Voto a Distância e que, caso queira, vote na Assembleia, todas as instruções de voto recebidas por meio de Boletim de Voto a Distância serão desconsideradas.

Informações detalhadas sobre as regras e procedimentos para participação e/ou votação a distância na Assembleia Geral, inclusive orientações sobre acesso ao Sistema Eletrônico e/ou envio do Boletim de Voto a Distância, nos termos da Resolução CVM 81, constam do Manual, e demais documentos disponíveis nas páginas da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 (www.b3.com.br) e da Companhia (<http://ri.sereducacional.com/>), na rede mundial de computadores (*internet*).

O acionista que participar da Assembleia de forma remota por meio do Sistema Eletrônico participará e votará de forma remota na Assembleia, que será transmitida ao acionista em tempo real. A Companhia solicita que os acionistas interessados em participar e/ou votar na Assembleia por meio do Sistema Eletrônico enviem até o dia **25 de abril de 2026 (inclusive)** um e-mail por escrito para a Companhia, no endereço eletrônico ri@sereducacional.com, manifestando seu interesse em participar de forma remota da Assembleia, e solicitando o link de acesso ao Sistema Eletrônico ("Solicitação de Acesso"). A Solicitação de Acesso deverá conter as informações e documentos indicados no Manual. **Nos termos do artigo 6º, §3º da Resolução CVM 81/22, a Companhia ressalta que não será admitido o acesso ao Sistema Eletrônico de acionistas que não tiverem realizado seu cadastro ou não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto. Adicionalmente, ainda que o acionista tenha realizado a sua solicitação para participação na Assembleia dentro do prazo previsto, caso ele não tenha ações registradas na última relação da base acionária da Companhia, ele não conseguirá acessar o ambiente da Assembleia.**

O percentual mínimo para adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento), nos termos da Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 70"), e do Artigo 5º da Resolução CVM 81. Ainda, nos termos do §1º do Artigo 141 da Lei das S.A., o requerimento para a adoção do voto múltiplo deverá ser realizado pelos acionistas até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia, não obstante a Companhia solicita que eventuais requerimentos sejam feitos com antecedência, de modo a facilitar seu processamento e a participação dos demais acionistas.

Nos termos do artigo 5º, inciso I-A da Resolução CVM 81, o percentual mínimo de participação no capital social votante para requerer a instalação do Conselho Fiscal da Companhia é de 2%, nos termos do artigo 5º, inciso I-A da Resolução CVM 81 e da Resolução CVM 70.

Recife/PE, 27 de março de 2026.

José Janguê Bezerra Diniz

Presidente do Conselho de Administração

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA DELIBERAÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL
ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2026**

Senhores Acionistas,

O Conselho de Administração da **SER EDUCACIONAL S.A.** ("Companhia" ou "Ser Educacional"), em conformidade com as disposições previstas na Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), vem apresentar aos Senhores Acionistas as seguintes propostas, apresentando os esclarecimentos necessários a cada um dos itens que devem ser deliberados, para que os acionistas possam votar de forma consciente e informada na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada no dia 27 de abril de 2026 às 14h00.

Em sede de Assembleia Geral Ordinária:

(a) Apreciação das demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer do conselho fiscal, do relatório anual e parecer do comitê de auditoria não-estatutário e do parecer dos auditores independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

A Administração propõe a V. Sas. a aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, acompanhadas do parecer do Conselho Fiscal, do relatório anual e parecer do Comitê de Auditoria não-estatutário e do parecer dos auditores independentes, todos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e devidamente aprovados pelo Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 26 de março de 2026.

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., empresa especializada de auditoria independente da Companhia, emitiu parecer sem ressalvas a respeito das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. No mesmo sentido, o Conselho Fiscal da Companhia emitiu parecer sem ressalvas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o referido exercício, em reunião realizada em 26 de março de 2026. Ainda, o Comitê de Auditoria Não-Estatutário elaborou o seu Relatório Anual e emitiu parecer sem ressalvas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o referido exercício, em reunião realizada em 26 de março de 2026.

A Administração recomenda a V. Sas. que examinem detidamente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, as notas explicativas, o parecer do Conselho Fiscal, o relatório anual e parecer do Comitê de Auditoria não-estatutário e o parecer dos auditores independentes, os quais foram devidamente disponibilizados à consulta de V. Sas. no dia 26 de março de 2026, na página eletrônica da Companhia (<http://ri.sereducacional.com/>), da B3 (www.b3.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br) na rede mundial de computadores (internet), e publicados no dia 26 de março de 2026 no jornal Diário de Pernambuco, com divulgação simultânea da íntegra dos documentos na página do mesmo jornal na internet.

Por fim, a Administração ressalta que, em atendimento ao disposto no Artigo 10º, inciso III, da Resolução CVM 81, os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 2 do Formulário de Referência, estão disponíveis nas páginas eletrônicas da Companhia (<http://ri.sereducacional.com/>), da B3 (www.b3.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br) na rede mundial de computadores (internet), além de constarem como **Anexo I** à presente Proposta.

(b) Apreciação do relatório da administração e das contas dos administradores da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

A Administração propõe a V. Sas. a aprovação do relatório da administração e das contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e devidamente aprovados pelo Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 25 de março de 2026.

Os documentos acima foram devidamente disponibilizados à consulta de V. Sas. no dia 25 de março de 2026, na página eletrônica da Companhia (<http://ri.sereducacional.com/>), da B3 (www.b3.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br) na rede mundial de computadores (internet), e publicados no dia 26 de março de 2026 no jornal Diário de Pernambuco, com divulgação simultânea da íntegra dos documentos na página do mesmo jornal na internet.

(c) Aprovação do orçamento de capital da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026.

Nos termos do art. 196 da Lei das S.A., a Assembleia Geral pode deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício para execução de orçamento de capital por ela previamente aprovado. Conforme autorização legal, o orçamento de capital pode ser aprovado pela assembleia geral ordinária que deliberar a respeito das demonstrações financeiras do exercício anterior.

Assim, para atendimento ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, a administração da Companhia propõe à Assembleia a aprovação do orçamento de capital no montante de R\$ 357.888.658,17 (trezentos e cinquenta e sete milhões, oitocentos e oitenta e oito mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e dezessete centavos), correspondente aos gastos orçados para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026 para investimentos em equipamentos, informática, construções e instalações.

Em cumprimento ao disposto no artigo 27, §1º, inciso IV da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 80"), e para fins do Artigo 196 da Lei das S.A., a Administração da Companhia propõe a aprovação do orçamento de capital para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026, na forma do **Anexo II** à presente Proposta.

(d) Proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, incluindo a distribuição de dividendos.

O lucro líquido da Companhia apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$214.436.055,23 ("Lucro Líquido").

Conforme Lei das S.A. e o Estatuto Social da Companhia, a Administração submete aos acionistas, recomendando a sua aprovação em Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a seguinte destinação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

- i) **Reserva Legal.** Alocação de 5% do lucro líquido para a reserva legal, no montante de R\$10.721.802,76, por força do disposto no artigo 193 na Lei das S.A.;
- ii) **Remuneração dos Acionistas.** Nos termos do Estatuto Social da Companhia, no mínimo 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das S.A., deve ser distribuído a título de dividendo obrigatório e a Companhia segue sua Política de Dividendos que estabelece o pagamento mínimo de 30% do Lucro Líquido Ajustado, a serem pagos semestralmente. Assim, o valor de R\$ 61.114.276,00, são atribuídos a título de dividendos apurados sobre o lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, conforme reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de março de 2026, equivalente a 30% do Lucro Líquido Ajustado e R\$0,478897072¹ por ação; e

Conforme aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de março de 2026, os dividendos serão pagos em duas parcelas, com base na posição acionária de 06 de abril de 2026, sendo 50% (cinquenta por cento) em 30 de abril de 2026, e 50% (cinquenta por cento) em 29 de maio de 2026, sendo cada parcela no valor de R\$ 30.557.138,00, ou seja, R\$0,239448536² por ação. Por conseguinte, as ações serão negociadas "ex-dividendos" a partir do dia 07 de abril de 2026, inclusive.

O pagamento será realizado na proporção da participação de cada acionista, com retenção do Imposto de Renda na fonte, exceto para os acionistas comprovadamente imunes ou isentos.

- iii) R\$ 142.599.976,47 serão retidos com base em proposta de orçamento de capital da Companhia para o exercício de 2026, também submetida à deliberação dos acionistas na Assembleia, como item (c) da ordem do dia, em conformidade com o disposto no artigo 196 da Lei das S.A.

Sendo assim, a Administração propõe a distribuição de montante do lucro líquido conforme abaixo:

Destinação do Lucro Líquido de 2025	R\$ mil
Lucro Líquido do exercício de 2025	214.436
Reserva legal	10.722
Dividendos Mínimos Obrigatórios - exercício 2025	61.114
Reserva de retenção de lucros	142.600
Dividendos de 2025	
Dividendos apurados pelo lucro líquido do exercício 2025	61.114
Dividendos Complementares	0
Total de dividendos – Exercício 2025	61.114
Dividendo por ação	0,478897072
Dividendos intermediários pagos	0
Dividendos a distribuir	61.114

¹ Para fins do cálculo, foram excluídas as ações mantidas em tesouraria em 31 de dezembro de 2025.

² Para fins do cálculo, foram excluídas as ações mantidas em tesouraria em 31 de dezembro de 2025.

Ressalte-se que as informações requeridas pelo “Anexo A” da Resolução CVM 81/2022, além de estarem disponíveis, a partir desta data, na sede da Companhia, no seu website (<http://ri.sereducacional.com/>), bem como nos websites da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), também estão disponíveis na íntegra para consulta dos acionistas no **Anexo III**.

(e) Determinação do número efetivo de membros do Conselho de Administração

Nos termos do disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/ANUAL-2026-CVM/SEP, o qual estabelece orientações gerais sobre procedimentos a serem observados pelas companhias abertas, incluindo os preparativos para a Assembleia, a definição do número de membros do Conselho de Administração deve ser objeto de deliberação quando o estatuto social dispõe sobre um número mínimo e um número máximo de conselheiros.

O caput do Artigo 14 do Estatuto Social da Companhia estabelece que o Conselho de Administração será composto de, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 7 (sete) membros, todos com mandato unificado de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição.

Desta forma, a Administração da Companhia propõe a eleição de 5 (cinco) membros para compor o Conselho de Administração, sendo 3 (três) Conselheiros Independentes.

(f) Enquadramento dos membros independentes do Conselho de Administração

Nos termos do Artigo 17 do Regulamento do Novo Mercado e do Anexo K da Resolução CVM 80, a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração deve ser objeto de deliberação pela Assembleia Geral da Companhia.

Os candidatos às vagas de conselheiros independentes assinaram declarações atestando seu enquadramento em relação aos critérios de independência estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado e na Resolução CVM 80.

O Conselho de Administração da Companhia, com base na análise prévia realizada pelo Comitê de Gente, Gestão e Governança quanto ao cumprimento dos requisitos aplicáveis para a caracterização da independência dos indicados a membros independentes do Conselho de Administração, avaliou o tema em reunião realizada em 26 de março de 2026 e manifestou-se favoravelmente ao enquadramento dos Srs. Herbert Steinberg, Flávio César Maia Luz e Francisco Muniz Barreto aos critérios de independência.

Considerando o exposto acima, a Administração da Companhia recomenda aos acionistas que aprovem, no âmbito da Assembleia Geral Ordinária, o enquadramento dos Srs. Herbert Steinberg, Flávio César Maia Luz e Francisco Muniz Barreto como candidatos a membros independentes do Conselho de Administração.

(g) Eleição dos membros do Conselho de Administração

Tendo em vista o encerramento do mandato dos membros do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do Artigo 140 da Lei das S.A. e do Artigo 14 do Estatuto Social da Companhia, compete à assembleia geral a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia.

O acionista controlador da Companhia propõe a eleição, para um mandato de 1 (um) ano ou seja, até a assembleia geral ordinária que aprovar as contas da Companhia referentes ao exercício social de 2026, da seguinte chapa composta pelos candidatos a membros do Conselho de Administração a seguir:

Candidatos a Membros do Conselho de Administração

Nomes	Membros Independentes
José Janguê Bezerra Diniz	Não
Iara de Moraes Xavier Braga	Não
Francisco Muniz Barreto	Sim
Herbert Steinberg	Sim
Flávio César Maia Luz	Sim

O Conselho de Administração da Companhia, após a análise do Comitê de Gestão, Gente e Governança ("Comitê GGG"), avaliou a indicação e confirmou que os candidatos a membros do Conselho de Administração indicados estão aderentes à Política de Indicação.

Ressalte-se que as informações requeridas pelo art. 11 da Resolução CVM 81, relativas aos candidatos indicados pelos acionistas controladores a membros do Conselho de Administração, nos termos dos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência, constam do **Anexo IV** desta Proposta.

O acionista que desejar indicar candidatos para o Conselho de Administração poderá notificar a Companhia por escrito ou fazê-lo na Assembleia, informando o nome completo e qualificação dos candidatos, e apresentando **(i)** cópia do instrumento de declaração de desimpedimento ou declarar que obteve do indicado a informação de que está em condições de firmar tal instrumento, indicando as eventuais ressalvas; **(ii)** o currículo do candidato indicado, contendo, no mínimo, sua qualificação, experiência profissional, escolaridade, principal atividade profissional que exerce no momento e indicação de quais cargos ocupa em conselhos de administração, fiscal ou consultivo em outras companhias; e **(iii)** as informações indicadas nos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência, conforme disposto pela Resolução CVM 81.

A Companhia informa que a eleição dos membros do Conselho de Administração ocorrerá pelo sistema de votação majoritária por chapa, salvo se requisitada a adoção do processo de voto múltiplo. A adoção da votação por voto múltiplo ocorrerá caso acionistas representando ao menos 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia assim requeiram com antecedência mínima de 48 horas da Assembleia (artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações e Resolução CVM 70, de 22 de março de 2022).

Caso o procedimento de voto múltiplo venha a ser regularmente requerido, será divulgado na Assembleia o número de votos necessários para garantir a eleição de ao menos um membro do Conselho de Administração, com base no número de ações detidas pelos acionistas nela presentes. Serão atribuídos a cada ação tantos votos quantos forem os

assentos a serem preenchidos no Conselho de Administração pelo procedimento de voto múltiplo, podendo cada acionista alocar livremente seus votos entre os candidatos, e sendo eleitos os candidatos que receberem o maior número de votos. Os cargos que, em virtude de empate, não forem preenchidos, serão objeto de nova votação, pelo mesmo processo, ajustando-se o número de votos que caberá a cada acionista em função do número de cargos a serem preenchidos.

Ainda com relação à eleição de Conselheiros de Administração pelos acionistas não controladores, ressalta-se que na reunião realizada em 11/04/2006, o Colegiado da CVM deliberou manter a interpretação do Artigo 141, parágrafo 5º, da Lei das S.A. dada na reunião de 08/11/2005 (Processo CVM RJ/2005/5664), que, nos casos em que a companhia somente tenha emitido ações com direito a voto, terão direito de eleger e destituir um membro e seu suplente do Conselho de Administração, em votação em separado na assembleia geral, excluído o acionista controlador, a maioria dos titulares que detenham pelo menos 10% do total de ações com direito a voto e que detiverem a titularidade ininterrupta de tal participação acionária durante o período de 3 (três) meses anteriores à data da Assembleia.

(h) Instalação do Conselho Fiscal

A Administração da Companhia propõe a instalação do Conselho Fiscal no exercício de 2026, tendo em vista o incremento de governança corporativa decorrente do desempenho da função de fiscalização da gestão da administração pelo Conselho Fiscal.

(i) Eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal

Nos termos do Artigo 24 do Estatuto Social, o Conselho Fiscal, quando instalado, será composto de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, com o mandato até a assembleia geral ordinária seguinte à de sua eleição.

O acionista controlador indica os seguintes candidatos abaixo para o mandato até a assembleia geral ordinária da Companhia que deliberar sobre os resultados do exercício de 2026:

Conselheiros Efetivos	Conselheiros Suplentes
Fernando Eduardo Ramos dos Santos	Antônio Carlos Moreira Ventura
Nazareno Habib Ouvidor Bichara	Francisco de Assis Gomes Silva

A Companhia informa que recebeu indicação de acionistas minoritários para concorrerem ao cargo de membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal, para eleição em separado de membro e seu respectivo suplente, uma vez que a Companhia preenche o requisito previsto no parágrafo 4º do Artigo 161 da Lei das S.A., conforme decisão proferida no Processo CVM RJ 2007/11086.

Os acionistas minoritários indicaram o seguinte candidato para concorrer à eleição em separado de membro e seu respectivo suplente, com mandato até a assembleia geral ordinária da Companhia que deliberar sobre os resultados do exercício de 2026:

Conselheiro Efetivo	Conselheiro Suplente
José Écio Pereira da Costa Jr.	Nelson Luiz Paula de Oliveira

Nos termos da Lei das S.A. e da Resolução CVM 81, poderá haver a indicação de outros candidatos para as vagas de representantes dos acionistas minoritários para o Conselho Fiscal da Companhia.

O acionista que desejar indicar candidato para o Conselho Fiscal poderá notificar a Companhia por escrito informando o nome completo e qualificação do candidato. A Companhia recomenda ao acionista que deseja indicar candidato para o Conselho Fiscal que apresente o nome completo, qualificação, currículo profissional completo do candidato e demais informações requeridas no Artigo 11 da Resolução CVM 81, observadas as regras e condições de eleição previstas no Artigo 162, combinado com o Artigo 147, ambos da Lei das S.A.

A despeito dos procedimentos de indicação prévia e divulgação, o candidato a membro do Conselho Fiscal poderá ser apresentado na própria Assembleia Geral pelo acionista, por grupo de acionistas, pessoalmente ou por meio de procurador, que deverão apresentar os documentos e informações acima mencionados.

Tendo em vista o entendimento da CVM de que a eleição de suplente de membro do Conselho Fiscal é obrigatória para assegurar a efetividade do órgão, a Companhia recomenda aos acionistas que submeterem a indicação de candidato que também indiquem um candidato a exercer o cargo de respectivo suplente.

As informações sobre eventuais candidatos serão disponibilizadas na sede da Companhia, no seu website (<http://ri.sereducacional.com/>), e no website da CVM (www.cvm.gov.br).

Destaca-se que as informações requeridas no Artigo 11 da Resolução CVM 81, relativas aos candidatos para compor o Conselho Fiscal, nos termos dos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência, se encontram no **Anexo V** da Proposta, além de estarem disponíveis, a partir desta data, na sede da Companhia, no seu website (<http://ri.sereducacional.com/>), bem como nos websites da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br).

(j) Aprovação da remuneração global dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal para o exercício social de 2026

Nos termos do Artigo 152 da Lei das S.A., compete à Assembleia Geral estabelecer a remuneração global anual dos administradores. O Conselho de Administração propõe aos Acionistas a aprovação da remuneração global anual dos administradores da Companhia (Diretoria Estatutária e Conselho de Administração) no valor de R\$17.560.405,87 (dezessete milhões, quinhentos e sessenta mil, quatrocentos e cinco reais e oitenta e sete centavos). A remuneração proposta para deliberação da Assembleia Geral Ordinária é uma estimativa que considera o montante máximo que pode vir a ser pago aos membros da Diretoria. Destacamos que o Conselho de Administração faz jus somente a uma remuneração fixa. Em conformidade com o entendimento proferido pelo Colegiado da CVM, em reunião realizada em 08 de dezembro de 2020 (Processo nº 19957.007457/2018-10), os encargos sociais de ônus do empregador não estão abrangidos pelo conceito de "benefício de qualquer natureza" de que trata o Artigo 152 da Lei das S.A., assim não foram integrados ao montante de remuneração global sujeito à aprovação da Assembleia Geral.

Do valor total de remuneração proposta para os Administradores da Companhia, R\$5.490.343,52 (cinco milhões, quatrocentos e noventa mil, trezentos e quarenta e três reais e cinquenta e dois centavos) destina-se à remuneração fixa do Conselho de Administração e o montante máximo de R\$12.070.062,35 (doze milhões, setenta mil e sessenta e dois reais e trinta e cinco centavos) destina-se à remuneração fixa e variável da Diretoria Estatutária.

A Administração da Companhia propõe, ainda, que a Assembleia aprove o montante global anual da remuneração dos membros do Conselho Fiscal no valor de R\$396.000,00 (trezentos e noventa e seis mil reais), valor que atende aos parâmetros previstos no Artigo 162, §3º, da Lei das S.A.

Comparação da remuneração proposta com a remuneração anterior

Conselho de Administração

A proposta do valor total da remuneração para os membros do Conselho de Administração ficou aproximadamente 4,2% (quatro vírgula dois por cento) superior ao montante aprovado para o exercício social de 2025, que foi no valor total de R\$ 5.268.108,00 (cinco milhões, duzentos e sessenta e oito mil, cento e oito reais), em função do repasse da inflação.

Diretoria Estatutária

A proposta do valor total da remuneração dos membros da Diretoria Estatutária está aproximadamente 26,1% (vinte e seis vírgula um por cento) inferior ao montante aprovado para o exercício social de 2025, que foi no valor total de R\$ 16.336.954,20 (dezesseis milhões, trezentos e trinta e seis mil, novecentos e cinquenta e quatro reais e vinte centavos). A remuneração fixa teve uma redução de 1,9% (um vírgula nove por cento), em função dos encargos relativos ao plano de remuneração baseado em ações pago em 2025, que não se repete em 2026.

O aumento proposto está baseado no dissídio salarial e com base no valor realizado em 2025, uma vez que se considerarmos o cálculo da remuneração total dos membros da Diretoria para 2026, incluindo provisionamento do pagamento de bônus de remuneração variável por atingimento de metas e o plano de remuneração baseado em ações, comparado com o valor realizado em 2025, houve uma queda de 29,9% (vinte e nove vírgula nove por cento), em função do plano de remuneração baseado em ações ter sido pago em 2025, e não terá previsão para ocorrer em 2026.

Conselho Fiscal

Em comparação à remuneração dos membros do Conselho Fiscal realizada no exercício social de 2025, houve um aumento de 10,0% (dez por cento) com relação a proposta do valor total da remuneração dos membros do Conselho Fiscal, devido ao reajuste salarial.

Vide tabelas abaixo para comparação detalhada dos valores propostos aos administradores e membros do Conselho Fiscal para os exercícios sociais de 2025 e de 2026, bem como dos valores propostos para o exercício social de 2026 e efetivamente pagos no exercício social de 2025:

Variação entre Remuneração Proposta 2025 e a Proposta 2026

Remuneração	Discriminação	Proposta 2025	Proposta 2026	Diferença
Fixa	Salário ou pró-labore e Participação em Comitês	11.835.153,00	11.942.592,87	107.439,88
	Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00
	Outros	0,00	0,00	0,00
Variável	Bônus	4.573.093,88	6.013.813,00	1.440.719,12
	Participação de resultados	0,00	0,00	0,00
	Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00
Benefícios pós-emprego	Planos de previdência privada	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	Baseada em ações (incluindo opções)	5.592.815,33	0,00	(5.592.815,33)
Total		22.001.062,20	17.956.405,87	(4.044.656,33)

Variação entre Remuneração Proposta 2026 e Efetiva 2025

Remuneração	Discriminação	Proposta 2026	Efetiva 2025	Diferença
Fixa	Salário ou pró-labore e Participação em Comitês	11.942.592,87	10.856.902,61	1.085.690,26
	Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00
	Outros	0,00	0,00	0,00
Variável	Bônus	6.013.813,00	5.229.402,61	784.410,39
	Participação de resultados	0,00	0,00	0,00
	Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00
Benefícios pós-emprego	Planos de previdência privada	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	6.479.022,00	(6.479.022,00)
Total		17.956.405,87	22.565.327,22	(4.608.921,35)

As informações relacionadas à remuneração dos Administradores da Companhia, em atendimento ao disposto no art. 13, inciso II da Resolução CVM 81, estão disponíveis na sede da Companhia, na página eletrônica da Companhia (<http://ri.sereducacional.com/>), da B3 (www.b3.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br), bem como no **Anexo V** à Proposta.

Em sede de Assembleia Geral Extraordinária:

(a) Rerratificação da remuneração paga à Diretoria Estatutária da Companhia no exercício social de 2025.

Para o exercício social de 2025, foi aprovada, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de abril de 2025 ("AGOE 2025"), a remuneração global anual fixa e variável destinada a Diretoria Estatutária de R\$16.336.954,20 (dezesseis milhões, trezentos e trinta e seis mil, novecentos e cinquenta e quatro reais e vinte centavos). No entanto, devido a uma inconsistência nas premissas orçamentárias por parte da Companhia, estimou-se um valor menor do que o previsto para o exercício social de 2025 e o montante de R\$ 877.151,64 (oitocentos e setenta e sete mil, cento e cinquenta e um reais e sessenta e quatro centavos) foi pago além do montante aprovado pela AGOE 2025.

Assim, a Administração propõe à Assembleia a rerratificação da remuneração global anual da Diretoria Estatutária realizada no exercício 2025 para o valor total de R\$17.214.105,84 (dezessete milhões, duzentos e quatorze mil, cento e cinco reais e oitenta e quatro centavos), com a consequente alteração do limite do montante global anual dos administradores da Companhia de R\$21.605.062,20 (vinte e um milhões, seiscentos e cinco mil, sessenta e dois reais e vinte centavos) para R\$22.205.327,22 (vinte e dois milhões, duzentos e cinco mil, trezentos e vinte e sete reais e vinte e dois centavos), acarretando em um montante líquido a mais de R\$600.265,02 (seiscentos mil, duzentos e sessenta e cinco reais e dois centavos), tendo em vista que, por outro lado, a remuneração prevista para o Conselho de Administração ficou menor em R\$276.886,62 (duzentos e setenta e seis mil, oitocentos e oitenta e seis reais e sessenta e dois centavos).

Diante do exposto, a Administração da Companhia recomenda aos acionistas a aprovação da rerratificação da remuneração global anual dos administradores da Companhia relativa ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a fim de adequá-lo ao valor efetivamente reconhecido nas demonstrações financeiras da Companhia.

ANEXO I

**COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA
COMPANHIA REQUERIDAS NOS TERMOS DO ART. 10, INCISO III, DA RESOLUÇÃO
CVM 81/2022**

(item 2 do ANEXO C DA RESOLUÇÃO CVM 80/22)

2. Comentários dos diretores

(2.1) – Os diretores devem comentar sobre

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia e se baseiam nas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2025. As avaliações e opiniões aqui constantes traduzem a visão e percepção dos Diretores sobre as atividades, negócios e desempenho da Companhia.

Assim como nas demonstrações financeiras auditadas da Companhia, os itens e informações incluídos neste item 2 estão expressos na moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). Com isso, exceto quando expresso de forma diferente, as informações são apresentadas em reais (milhares), que é a moeda funcional da Ser Educacional S.A. e de todas as suas controladas e coligadas.

Os Diretores destacam que as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs"), e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS - *International Financial Reporting Standards*), emitidos pelo IASB (*International Accounting Standard Board*).

a. condições financeiras e patrimoniais gerais:

Em 31 de dezembro de 2025, a Ser Educacional possuía 33 empresas constituídas, sendo 24 sob a forma de sociedades empresariais de responsabilidade limitada e 9 sob a forma de sociedades anônimas, com 60 campi em operação, distribuídos em 48 credenciamentos em atividades, sendo 2 universidades, 22 centros universitários e 24 faculdades, além de 736 polos de ensino digital em operação, constituindo um dos maiores grupos privados de educação do Brasil e com presença mais relevante nas regiões Nordeste e Norte em número de alunos matriculados, e presente também nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste. A Companhia também possui unidades já credenciadas, que podem ser abertas para operação, conforme plano de expansão orgânica da Companhia.

O exercício de 2025 confirmou o sucesso do posicionamento estratégico da Ser Educacional, cujo foco na otimização operacional, crescimento orgânico e disciplina financeira resultou em uma robusta geração de caixa, na significativa redução do endividamento e na apresentação de lucro líquido consistente em todos os trimestres do ano. Entre os resultados mais relevantes, destacam-se o aumento de 136,4% no lucro líquido ajustado que passou de R\$99,1 milhões, em 2024, para R\$234,2 milhões em 2025, e uma elevação de 3,2 pontos percentuais na margem EBITDA ajustada, que alcançou 25,2% ao final do exercício.

Adicionalmente, a geração de caixa operacional líquida cresceu 148,5%, enquanto a relação dívida líquida/EBITDA ajustado foi reduzida de 1,64x para 0,90x e um crescimento de 10,4% na base de alunos de graduação no Ensino Híbrido.

Já a modalidade de oferta do Ensino Digital segue parte importante desse processo, representando 46,6% da base de alunos do segundo semestre de 2025 e 16,6% da receita líquida.

A disciplina da Companhia na execução estratégica manifestou-se na oferta de cursos de alta demanda, com destaque para as áreas de saúde e direito. Aliado a campanhas de captação e rematrícula bem-sucedidas, esse foco impulsionou a ocupação dos seus campi e fortaleceu sua base de alunos, que cresceu 4,6% na graduação, impulsionada pela notável expansão do Ensino Híbrido. A expansão dos cursos de medicina consolidou-se como um dos principais vetores de crescimento da Companhia. A conquista de novos credenciamentos em 2024 e 2025 permitiu uma ampliação expressiva no número de vagas e de alunos, reforçando seu papel como uma instituição de relevância nacional na formação de médicos, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, onde a carência desses profissionais é mais acentuada. Além disso, durante o ano, a Companhia manteve o foco na realização de atividades visando melhorar a rentabilidade de suas operações, automação e melhoria de processos, que permitiram além de melhorar o desempenho financeiro, melhorar a experiência dos seus alunos, sem deixar de lado seu objetivo de construção gradual de um ecossistema completo de educação continuada que possibilita a manutenção da construção de vantagens competitivas, baseada em uma proposta de experiência e valor diferenciada aos alunos, em um mercado de ensino superior, que será cada vez mais digitalizado, multidisciplinar, continuado e *omnichannel*.

Entre as principais ações realizadas pela Companhia estão: otimização da ocupação do parque imobiliário locado, por meio da devolução de imóveis locados em municípios com maior vacância; unificação de marcas, visando aumentar o alcance das principais marcas da Companhia de forma a torná-las cada vez mais reconhecidas em suas respectivas regiões; aumento da participação dos cursos de saúde no portfólio da Companhia, uma vez que esses cursos possuem elevada demanda no mercado e ticket médio mais elevado, incluindo a expansão dos cursos de medicina, impulsionada pela decisão favorável obtida pela Companhia no julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC 81), realizada em junho de 2024, tendo essa decisão estabelecido normas claras para o processo de credenciamento de novos cursos de medicina.

A Companhia seguiu seu plano de negócios e manteve seu foco na concentração de sua oferta de cursos em cursos de saúde e, como resultado, a participação dos cursos de saúde na base total de alunos de graduação passou de 45% no final do exercício 2024 para 47% no final do exercício 2025; otimização da performance das unidades e equipes de retaguarda, por meio da melhoria de ensalamento e automação de processos visando melhorar a qualidade e velocidade dos serviços prestados e gerar melhorias na experiência dos alunos; foco na redução dos índices de endividamento financeiro e aumento da geração de caixa operacional, com iniciativas dedicadas a aumentar a conversão de contas a receber em caixa, com uma política para realização de acordos e recuperação de mensalidades em atraso com maior ênfase em aumentar o recebimento à vista dos valores devidos; o programa Ser Solidário, outra iniciativa estratégica de destaque, que possibilita o parcelamento de matrículas para a graduação de Ensino Híbrido, visando facilitar o acesso de seus alunos à educação, e demonstrou ser um sucesso em seu primeiro ano.

Instituições de Ensino de Medicina

Em 5 de abril de 2021, foi realizada a conclusão financeira e a efetiva transferência para o CENESUP – Centro Nacional de Ensino Superior Ltda., do capital social do Instituto Avançado de Ensino Superior de Barreiras – IAESB, mantenedor do Centro Universitário São Francisco de Barreiras – UNIFASB. Com o UNIFASB, a Ser Educacional incorporou ao seu portfólio cursos nas áreas de ciências humanas e saúde, entre os quais o curso de Medicina, com 80 vagas anuais autorizadas ou 96 vagas anuais, ao se considerar as vagas disponibilizadas via PROUNI e FIES.

Em 30 de março de 2022, em complemento ao fato relevante divulgado em 14 de dezembro de 2020, e ao comunicado ao mercado divulgado em 1 de fevereiro de 2021, a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em despacho expedido pelo Ministério da Educação - MEC, foram aprovadas 48 novas vagas do curso de Medicina, ofertado pela Faculdade de Educação e Cultura de Vilhena - UNESC Vilhena, mantida pela Sociedade Educacional de Rondônia S/S Ltda, e que, com isso, passou de uma oferta de 50 vagas anuais para 98 vagas anuais.

Em 24 de maio de 2024, o STF retomou o julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 81 (ADC 81), sobre o procedimento de aprovação de novas vagas do curso de medicina junto ao MEC, tendo o voto do ministro Gilmar Mendes sido acompanhado por outros seis ministros, formando maioria no referido tribunal: Luiz Fux, Dias Toffoli, Alexandre de Moraes, Cristiano Zanin, Luís Roberto Barroso e Cármen Lúcia. O julgamento foi virtual e foi concluído em 4 de junho, tendo prevalecido o entendimento exarado no voto do relator, Ministro Gilmar Mendes, nos termos detalhados no item 1.6 do Formulário de Referência. Desde a conclusão do julgamento da ADC 81, os credenciamentos de medicina da Companhia tiveram os desdobramentos dentre os 13 processos administrativos que estavam em tramitação junto ao MEC e proporcionou à Companhia, desde a deliberação do STF, a conquista de 420 novas vagas anuais em medicina em 12 processos administrativos, sendo que destas 480 vagas, 360 vagas foram obtidas por meio da conclusão favorável de quatro processos administrativos, resultantes de autorização do MEC, e as outras 120 vagas surgiram de duas decisões judiciais, que correspondem a liminares que tiveram seus vestibulares concluídos em 2025.1. Em 4 de fevereiro de 2025, o Tribunal Regional Federal suspendeu a liminar que permitia a realização de vestibulares de cursos de medicina em Belo Horizonte (MG) e Rio de Janeiro (RJ) a partir dessa data até a conclusão dos recursos em andamento. Os alunos já matriculados para os períodos de 2024.2 e 2025.1 em processos seletivos continuarão em seus cursos de forma regular com todos os seus direitos garantidos. A Companhia seguirá com os recursos administrativos ou judiciais até que todas as etapas sejam concluídas. Em 14 de março de 2025, foi publicada a Portaria MEC 168/25, autorizando o início do curso superior de medicina em Maracanaú (CE) para 60 vagas anuais.

A tabela abaixo detalha a quantidade de vagas por unidade e o o status correspondente:

#	Cidade	Vagas Anuais de Medicina
1	Recife (PE)	268
2	Vilhena (RO)	98
3	Barreiras (BA)	80
4	Cacoal (RO)	75
5	Santarém (PA)	60
6	Teresina (PI)	60
7	Caruaru (PE)	60
8	Campina Grande (PB)	60
9	Belo Horizonte (BH)*	60
10	Rio de Janeiro (RJ)*	60
11	São Luis (MA)	60
12	Maracanaú (CE)	60
Total		1.001

* Considera 120 vagas em operação por meio de decisões judiciais para abertura de vestibular ainda sem decisão em trânsito e julgado, tendo novos vestibulares sido suspensos a partir de fev/25.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia contava com um total de 343.456 alunos, dos quais 321.899 alunos estavam matriculados em cursos de graduação universitária, sendo 182.040 alunos na modalidade graduação presencial e 139.859 alunos matriculados na modalidade de graduação por ensino digital (EAD), 20.795 alunos matriculados em cursos de pós-graduação, sendo 562 alunos na modalidade presencial e 20.233 alunos na modalidade por ensino digital, e 762 alunos matriculados em cursos técnicos.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia contava com um total de 330.284 alunos, dos quais 307.830 alunos estavam matriculados em cursos de graduação universitária, sendo 164.879 alunos na modalidade graduação presencial e 142.951 alunos matriculados na modalidade de graduação por ensino digital (EAD), 21.149 alunos matriculados em cursos de pós-graduação, sendo 786 alunos na modalidade presencial e 20.363 alunos na modalidade por ensino digital, e 1.305 alunos matriculados em cursos técnicos.

Na opinião dos Diretores, a Companhia apresentou expressivo crescimento no número de alunos de graduação e em receita líquida nos últimos anos, tendo em vista que, entre 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2025, a sua base de alunos de graduação híbrida/presencial cresceu a uma taxa composta anual (CAGR) de 12,8%. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou um crescimento de 10,4% em sua base de alunos de graduação híbrida/presencial, comparada com a base de alunos em 31 de dezembro de 2024, em virtude do foco da Companhia na oferta de um portfólio de cursos mais enxuto e dedicado às áreas de conhecimento da saúde e engenharia, visando maximizar os diferenciais competitivos da Companhia relativos à sua estrutura diferenciada de laboratórios e clínicas, bem como a localização privilegiada de suas unidades e posicionamento das marcas nas cidades em que opera.

A receita líquida da Companhia cresceu a uma taxa composta anual (CAGR) de 19,5% entre o exercício social findo em 31 de dezembro de 2011 e o exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia registrou uma receita líquida de R\$1.981.354 mil e R\$ 2.216.531 mil, respectivamente, representando um crescimento de 11,9%.

Nos anos fiscais findos em 31 de dezembro de 2024 e 2025, a margem EBITDA Ajustada da Companhia foi de 22,1% e 25,2%, respectivamente. Os Diretores destacam que a administração financeira da Companhia é focada na rentabilidade e gestão de indicadores financeiros tais como: (i) geração de fluxo de caixa operacional, (ii) controle de capital de giro e (iii) controle da carteira de recebíveis e inadimplência da Companhia. Para mais informações a respeito das medições não contábeis adotadas pela Companhia, vide item 2.5 deste Formulário de Referência.

A tabela a seguir demonstra os principais indicadores financeiros e operacionais da Companhia para os períodos indicados:

(R\$ mil)	Exercício Social Encerrado em		% Variação
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	25x24
Receita Líquida	2.216.531	1.981.354	11,87%
Lucro Bruto	1.311.538	1.094.227	19,86%
EBITDA (1)	669.301	461.363	45,07%
EBITDA Ajustado (2)	559.578	437.699	27,85%
Lucro Líquido	214.436	(1.162)	N.M.
Número Final de Alunos Graduação	182.040	164.879	10,41%
Número Final de Alunos Pós-Graduação	562	786	-28,50%
Número Final de Alunos Cursos Técnicos	762	828	-7,97%
Número Final de Alunos Ensino a Distância	160.092	163.791	-2,26%
Empréstimos e Financiamentos de Curto Prazo	258.614	299.333	-13,60%
Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo	464.770	673.242	-30,97%
Caixa e Equivalentes de Caixa	339.885	442.306	-23,16%
Títulos e Valores Mobiliários	834	763	9,31%

(1) O EBITDA segundo disposições da Resolução CVM nº 156, expedida em 23 de junho de 2022, que dispõe sobre a forma de divulgação voluntária do EBITDA pelas companhias abertas, pode ser conciliado com as demonstrações financeiras como segue: lucro líquido acrescido do imposto de renda e contribuição social, resultado financeiro, e despesas com depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos. Outras companhias podem calcular o EBITDA de maneira diferente de nós.

(2) O EBITDA Ajustado corresponde à soma do EBITDA com (a) resultado financeiro das receitas com multas e juros sobre as mensalidades, (b) custos e despesas não recorrentes, compostos pelos gastos ligados a fusões e aquisições de empresas, os quais não impactariam a geração usual de caixa; e (c) os aluguéis mínimos são compostos pelos contratos de aluguel registrados como arrendamentos financeiros pelo CPC 06, os gastos destes arrendamentos não transitam pelo EBITDA da Companhia, sendo incorporados ao EBITDA Ajustado.

Os Diretores destacam que a Companhia monitora o seu endividamento com base no índice de alavancagem financeira consolidado. Esse índice corresponde à dívida líquida da Companhia dividida por seu resultado líquido ajustado pelo resultado financeiro, impostos sobre a renda, depreciação, exaustão e amortização e outros itens (EBITDA Ajustado). A dívida líquida da Companhia, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos, das debêntures emitidas e dos instrumentos financeiros derivativos (swap) contratados, somado ao total de compromissos a pagar, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.

Os Diretores destacam ainda que a Companhia monitora de forma sistemática o seu nível de endividamento, o que evita a necessidade de contratação de financiamentos emergenciais para cobertura de liquidez não prevista. Na opinião dos Diretores, a Companhia tem recursos de liquidez e capital suficientes para cobrir os seus custos e despesas operacionais, e dívidas de outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não seja possível garantir que tal situação permanecerá inalterada. Os Diretores acreditam ser possível contrair empréstimos para financiar as atividades da Companhia, englobando investimentos e aquisições a taxa de juros razoáveis.

Em 31 de dezembro de 2025, o índice de alavancagem financeira, ficou positivo em 27,3%, contra um índice de alavancagem financeira positivo de 37,3% em 31 de dezembro de 2024, em virtude principalmente (i) do aumento da geração operacional de caixa líquida decorrente da melhoria do resultado operacional no exercício 2025; (ii) da amortização das dívidas financeiras e de aquisições; (iii) do aumento do Patrimônio Líquido decorrente do registro da Reserva de Retenção de Lucros sobre o lucro líquido do exercício 2025 e pelo registro dos valores referentes ao plano de remuneração baseada em ações.

Na tabela abaixo, apresentamos o endividamento e a alavancagem financeira da Companhia:

(R\$ mil)	Exercício Social Encerrado em	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Total de empréstimos e financiamentos bancários	145.211	288.393
Total de Debêntures	578.173	684.182
Total de compromissos a pagar	122.048	189.040
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(339.885)	(442.306)
Menos: Títulos e valores mobiliários	(834)	(763)
Dívida (Caixa) líquido	504.713	718.546
Total do patrimônio líquido	1.342.852	1.208.464
Total do patrimônio líquido adicionado a dívida líquida	1.847.565	1.927.010
Índice de alavancagem financeira	27,3%	37,3%
Índice de liquidez corrente	1,26	1,35
Dívida (Caixa) líquido / EBITDA Ajustado (udm)	0,90	1,64

Em 31 de dezembro de 2025, o patrimônio líquido da Companhia ficou em R\$1.342.852 mil, o que significa um aumento de 11,1%, quando comparado com o patrimônio líquido registrado em 31 de dezembro de 2024, de R\$1.208.464 mil, em virtude principalmente do registro da Reserva de Retenção de Lucros sobre o lucro líquido do exercício 2025 e pelo registro dos valores referentes ao plano de remuneração baseada em ações.

Em 31 de dezembro de 2024, o patrimônio líquido da Companhia ficou em R\$1.208.464 mil, o que significa uma redução de 0,1%, quando comparado com o patrimônio líquido registrado em 31 de dezembro de 2023, de R\$1.209.487 mil, devido principalmente à absorção do prejuízo do exercício 2024 pela Reserva de Lucros e pelo registro na linha de Ações em Tesouraria das recompras de ações efetuadas ao longo de 2024, parcialmente compensados pela reclassificação do valor de R\$ 10.088 mil para o Patrimônio Líquido em 2024, anteriormente classificados como Salários e encargos sociais, e pela amortização das

dívidas financeiras. Essa reclassificação refere-se ao plano de concessão de ações da Companhia, que, em conformidade com o CPC 10 (R1) / IFRS 2, teve o valor justo das ações do plano avaliado pelo modelo "Black-Scholes-Merton" de precificação e, em virtude da reavaliação da característica do modelo de concessão dessas ações, sendo decisão da Companhia a liquidação em caixa ou concessão de ações.

b. estrutura de capital:

Os Diretores acreditam que a Companhia possui estrutura de capital adequada para sustentar as suas operações.

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social integralizado da Companhia era equivalente a R\$987.549 mil, não tendo ocorrido alterações, quando comparado com o capital social registrado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

A relação verificada entre dívida (caixa) líquida e o patrimônio líquido da Companhia foi de 27,3% e 37,3% em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente. A variação de 2025 em relação a 2024 foi decorrente principalmente (i) do aumento da geração operacional de caixa líquida decorrente da melhoria do resultado operacional no exercício 2025; (ii) da amortização das dívidas financeiras e de aquisições; (iii) do aumento do Patrimônio Líquido decorrente do registro da Reserva de Retenção de Lucros sobre o lucro líquido do exercício 2025 e pelo registro dos valores referentes ao plano de remuneração baseada em ações.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo da dívida bruta da Companhia era de R\$845.432 mil, sendo que os compromissos a pagar oriundos de atividades de investimentos somavam R\$122.048 mil, os empréstimos e financiamentos totalizavam R\$145.211 mil, e as debêntures totalizavam R\$578.173 mil. A posição de caixa e títulos e valores mobiliários era de R\$340.719 mil.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo da dívida bruta da Companhia era de R\$1.161.615 mil, sendo que os compromissos a pagar oriundos de atividades de investimentos somavam R\$ 189.040 mil, os empréstimos e financiamentos totalizavam R\$ 288.393 mil, e as debêntures totalizavam R\$ 684.182 mil. A posição de caixa e títulos e valores mobiliários era de R\$ 443.069 mil.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

Os Diretores da Companhia acreditam que o fluxo de caixa operacional, medido pelo EBITDA Ajustado da Companhia, é suficiente para atender aos compromissos financeiros por ela contratados.

Na opinião dos Diretores, caso seja necessário contrair empréstimos para financiar as atividades, investimentos e aquisições da Companhia, esta será capaz de contratá-los no mercado em condições adequadas.

O ciclo operacional e financeiro da Companhia contempla prazos de recebimentos e pagamentos similares, uma vez que a principal origem de receitas da Companhia é proveniente do pagamento das mensalidades dos alunos, que coincidem com os principais pagamentos realizados, destacadamente, aluguéis, salários do corpo docente e da equipe de apoio (retaguarda e administrativo).

Em 31 de dezembro de 2025, o endividamento de curto e de longo prazo da Companhia era equivalente a R\$845.432 mil, seus compromissos a pagar oriundos de atividades de investimentos somavam R\$122.048 mil, enquanto que o caixa e os equivalentes de caixa da Companhia representavam R\$339.885 mil e os títulos e valores mobiliários representavam R\$834 mil. Adicionalmente, a geração de caixa operacional da Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, medida por seu EBITDA Ajustado, foi de R\$559.578 mil. O índice de endividamento (dívida líquida/EBITDA Ajustado) atingiu 0,90 vezes em 2025, contra 1,64 vezes em 2024. O índice de alavancagem está condizente com o fluxo de compromissos a pagar de curto e longo prazo da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2024, o endividamento de curto e de longo prazo da Companhia era equivalente a R\$1.161.615 mil, seus compromissos a pagar oriundos de atividades de investimentos somavam R\$189.040 mil, enquanto que o caixa e os equivalentes de caixa da Companhia representavam R\$442.306 mil e os títulos e valores mobiliários representavam R\$763 mil. Adicionalmente, a geração de caixa operacional da Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, medida por seu EBITDA Ajustado, foi de R\$437.699 mil. O índice de endividamento (dívida líquida/EBITDA Ajustado) atingiu 1,64 vezes em 2024, contra 2,17 vezes em 2023. O índice de alavancagem está condizente com o fluxo de compromissos a pagar de curto e longo prazo da Companhia.

O saldo da dívida bruta da Companhia em 31 de dezembro de 2025 era de R\$845.432 mil, incluindo os compromissos a pagar oriundos de atividades de investimentos que somavam R\$122.048 mil, e a posição de caixa e títulos e valores mobiliários era de R\$340.719 mil.

O saldo da dívida bruta da Companhia em 31 de dezembro de 2024 era de R\$1.161.615 mil, incluindo os compromissos a pagar oriundos de atividades de investimentos que somavam R\$189.040 mil, e a posição de caixa e títulos e valores mobiliários era de R\$443.069 mil.

Na opinião dos Diretores, as necessidades de recursos da Companhia referem-se a: (i) capital de giro; (ii) investimentos; (iii) pagamento de serviços de dívidas financeiras; e (iv) custos e despesas operacionais. As principais fontes de recursos da Companhia são: (i) geração de caixa por meio das atividades operacionais; e (ii) empréstimos e financiamentos de longo prazo.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas:

Na opinião dos Diretores da Companhia, sua principal fonte de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes da Companhia é a sua própria geração de fluxo de caixa operacional. Eventualmente, como alternativas de financiamento, a Companhia também utiliza linhas de capital de giro dos bancos públicos e privados e empréstimos por meio de linhas de financiamento em moedas estrangeiras com swap para Real com taxa de juros ou inflação brasileira, adicionalmente, poderá utilizar operações de mercado de capitais. Além disso, a Companhia busca constantemente fontes de financiamento a custos atrativos para, quando apropriado, contratá-los.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

Os Diretores acreditam que a geração de caixa operacional da Companhia é suficiente para o cumprimento pela Companhia de suas obrigações de capital de giro e passivo circulante. Havendo eventual descasamento entre o caixa e equivalentes de caixa e os montantes vincendos no curto prazo, a Companhia conta com linhas de crédito em alguns dos principais bancos comerciais atuantes no país.

Caso a capacidade de geração de caixa da Companhia não seja suficiente para cobrir eventuais deficiências de liquidez, os Diretores entendem que a Companhia conseguirá saná-las com os limites de crédito já aprovados e ainda não utilizados. Os Diretores destacam ainda que a Companhia não tem qualquer compromisso de *equity contribution* de seus controladores para o caso de cobertura de liquidez.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

(i) Contratos de Empréstimos e Financiamentos Relevantes:

A Companhia contrai dívidas bancárias com o intuito de financiar as atividades operacionais e para financiar o seu crescimento por meio de aquisições ou crescimento orgânico.

Em 31 de dezembro de 2025, os contratos de empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia totalizavam R\$145.211 mil, uma redução de 49,6%, sendo que R\$91.087 mil representavam empréstimos de curto prazo e R\$54.124 mil correspondiam a empréstimos de longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2024, os contratos de empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia totalizavam R\$288.393 mil, uma redução de 41,6%, sendo que R\$176.984 mil representavam empréstimos de curto prazo e R\$111.409 mil correspondiam a empréstimos de longo prazo.

A tabela abaixo apresenta a composição do endividamento em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Modalidade	Taxa média anual de juros e comissões	Consolidado (R\$ mil) em 31 de dezembro de	
		2025	2024
Empréstimo em moeda estrangeira	EUR + 2,16% a.a	87.172	144.871
3ª Debêntures 1ª Série	CDI + 2,00% a.a.	121.015	178.938
4ª emissão de Debêntures	CDI + 2,00% a.a.	154.743	204.701
5ª emissão de Debêntures	CDI + 1,80% a.a.	152.100	151.275
6ª emissão 1ª série de Debêntures	CDI + 1,40% a.a.	90.217	89.560
6ª emissão 2ª série de Debêntures	CDI + 1,60% a.a.	60.098	59.708
Instrumento financeiro derivativo swap	CDI + 2,70% a.a.	6.949	8.242
Contratos FINAME	6% a.a.	0	164
Outros		0	0
Total		672.294	837.459
Empréstimos para capital de giro:			
Capital de Giro	CDI + 1,69% a 2,3% a.a	51.090	135.116
Total		723.384	972.575
Desmembramento:			
Passivo circulante		258.614	299.333
Passivo não circulante		464.770	673.242
Total		723.384	972.575

A tabela abaixo apresenta o cronograma para pagamento da dívida no valor total de R\$723.384 mil, conforme apurado em 31 de dezembro de 2025:

Capitalização e Caixa (Valores em R\$ ('000))	4T25	AV.(%)	4T24	AV.(%)
Curto Prazo	258.614	26,6%	299.333	30,8%
Longo Prazo	464.770	47,8%	673.242	69,2%
Entre um e dois anos	255.414	26,3%	234.024	24,1%
Entre dois e três anos	129.522	13,3%	229.862	23,6%
Entre três e quatro anos	79.834	8,2%	129.522	13,3%
Entre quatro e cinco anos	0	0,0%	79.834	8,2%
Acima de cinco anos	0	0,0%	0	0,0%
Total de Empréstimos e Financiamentos	723.384	74,4%	972.575	100,0%

Os empréstimos contraídos pela Companhia contam basicamente com as seguintes garantias: (i) duplicatas a receber; (ii) aval ou fiança outorgada pelo acionista controlador da Companhia; e (iii) alienação e cessão fiduciária dos bens e direitos creditórios.

A tabela abaixo apresenta a taxa de juros praticada e o saldo devedor de nossos contratos financeiros relevantes firmados pela Companhia, referentes aos períodos indicados.

Empresa	Banco	Contrato	Valor do Contrato na data de celebração	Taxa de Juros	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Ser Educacional S.A.	Debêntures	Escritura de emissão de 3ª debêntures de 1ª Série - data de 15/08/22	R\$200.000 mil	CDI + 2,00% a.a.	121.015	178.938
Ser Educacional S.A.	Debêntures	Escritura de emissão de 4ª debêntures de 1ª Série - data de 10/10/23	R\$200.000 mil	CDI + 2,00% a.a.	154.743	204.701
Ser Educacional S.A.	Debêntures	Escritura de emissão de 5ª debêntures de 1ª Série - data de 15/05/2024	R\$200.000 mil	CDI + 2,00% a.a.	152.100	151.275
Ser Educacional S.A.	Debêntures	Escritura de emissão de 6ª debêntures de 1ª Série - data de 26/12/2024	R\$90.000 mil	CDI + 1,40% a.a.	90.217	89.560
Ser Educacional S.A.	Debêntures	Escritura de emissão de 6ª debêntures de 2ª Série - data de 26/12/2024	R\$60.000 mil	CDI + 1,60% a.a.	60.098	59.708
Ser Educacional S.A.	Banco Santander (Brasil) S.A.	270170920	R\$100.000 mil	CDI + 2,30% a.a.	-	46.099
Ser Educacional S.A.	Banco Itaú-Unibanco S.A.	Capital de Giro 100120040009800	R\$200.000 mil	Entre CDI + 2,30% a.a.	51.090	75.939
Ser Educacional S.A.	Banco Itaú-Unibanco S.A.	Empréstimo em moeda estrangeira com SWAP modalidade 4131	R\$200.000 mil	Eur + 2,16 a.a., com Swap CDI + 2,70 a.a.	94.121	153.113
Ser Educacional S.A.	Caixa Econômica Federal S.A.	0342397670000005/09	R\$200.000 mil	CDI + 0,14% a.m.	-	13.078
Ser Educacional S.A.	Finame			6% a.a.	-	164

Apresentamos a seguir descrição dos contratos financeiros relevantes celebrados pela Companhia:

Em outubro de 2023, após aprovação de seu Conselho de Administração, a Companhia comunicou a seus acionistas e ao mercado em geral a aprovação da realização de sua 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, com prazo de vencimento de 5 anos, no montante de R\$200.000 mil. As Debêntures terão amortização semestral a partir do 18º mês (inclusive) contado da Data de Emissão, em 8 parcelas, sendo a última parcela devida na Data de Vencimento e serão remuneradas a CDI+2,00% (dois por cento) ao ano, sendo que a remuneração será paga semestralmente, sem carência. Os recursos captados na 4ª emissão de debêntures da Companhia foram utilizados para alongamento de dívidas (liability management).

Em reunião realizada em 15 de maio de 2024, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a realização de sua 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, com prazo de vencimento de 5 anos, no montante de R\$150.000 mil. As Debêntures terão amortização anual a partir do 36º mês (inclusive) contado da Data de Emissão, em 3 parcelas, sendo a última parcela devida na Data de Vencimento e serão remuneradas a CDI+1,80% ao ano, sendo que a remuneração será paga semestralmente, sem carência. Os recursos da Emissão foram utilizados pela Companhia para refinanciamento do passivo da Companhia.

Em 11 de dezembro de 2024, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a realização de sua 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, no montante de R\$150.000 mil, sendo: (i) R\$90.000 mil correspondentes às debêntures da primeira série; (ii) R\$60.000 mil correspondentes às debêntures da segunda série. As Debêntures da Primeira Série, terão prazo de vencimento de 1.084 dias, amortização anual a partir do 24º mês (inclusive) contado da Data de Emissão, em 2 parcelas, sendo a última parcela devida na Data de Vencimento e serão remuneradas a CDI+1,40% ao ano, sendo que a remuneração será paga semestralmente,

sem carência. As Debêntures da Segunda Série, terão prazo de vencimento de 1.817 dias, amortização anual a partir do 48º mês (inclusive) contado da Data de Emissão, em 2 parcelas, sendo a última parcela devida na Data de Vencimento e serão remuneradas a CDI+1,60% ao ano, sendo que a remuneração será paga semestralmente, sem carência. Os recursos da Emissão serão utilizados pela Companhia para refinanciamento do passivo da Companhia.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras:

Com exceção das relações constantes dos contratos descritos acima, os Diretores destacam que atualmente a Companhia não mantém outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas:

Os Diretores destacam que atualmente a Companhia não mantém dívidas com garantia real.

(iv) Eventuais restrições impostas à Companhia em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se a Companhia vem cumprindo essas restrições:

Os empréstimos para capital de giro requerem a manutenção dos seguintes *covenants*:

	Itaú (i)	Lei 4.131 e Swap (ii)
Dívida líquida/EBITDA ajustado	$\leq 2,5$	$\leq 2,5$
EBITDA ajustado/despesa financeira	≥ 2	n/a
Período de apuração	Trimestral	Anual

O EBITDA (“*Earnings Before Interests, Taxes, Depreciation and Amortization*”) ajustado considera o lucro operacional acrescido do custo e/ou da despesa com depreciação e/ou amortização, acrescido ou deduzido do resultado não recorrente e/ou não operacional líquidos e deduzido dos pagamentos mínimos das obrigações de arrendamento.

- (i) O valor do *covenant* da razão entre dívida financeira líquida e o EBITDA ajustado poderá ser 0,5 maior por 4 trimestres consecutivos, no caso de aquisição societária com objeto social semelhante; e
- (ii) O *covenant* da Lei 4.131/Swap considera o EBITDA contábil somente acrescido ou deduzido do resultado não operacional.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, os *covenants* relativos aos contratos de empréstimos e financiamentos foram observados e estão dentro das condições estabelecidas nas cláusulas contratuais financeiras acima mencionadas.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, os *covenants* relativos aos contratos de empréstimos e financiamentos foram observados e estão dentro das condições estabelecidas nas cláusulas contratuais financeiras.

Covenants Não Financeiros

O Agente Fiduciário considera vencidas as obrigações da Companhia sem aviso prévio nas seguintes situações:

1. Pedido de mediação ou recuperação judicial pela Companhia ou controladas.
2. Ingresso em juízo para recuperação judicial.
3. Pedido de autofalência ou falência por terceiros.
4. Liquidação, dissolução ou extinção da Emissora.
5. Inexequibilidade da Escritura de Emissão.
6. Inadimplemento de obrigações pecuniárias em até 1 dia útil.
7. Transformação da Emissora em outro tipo societário.
8. Declaração de vencimento antecipado de dívidas superiores a R\$20 milhões.
9. Pagamento de dividendos enquanto inadimplente com Debêntures.
10. Cessão ou promessa de cessão de obrigações relacionadas às Debêntures.
11. Reorganização societária que implique alienação de controle.
12. Redução do capital social.
13. Mudança no controle acionário, exceto entre empresas do mesmo grupo.
14. Questionamento judicial sobre a Escritura de Emissão.
15. Declarações falsas ou enganosas pela Emissora.

Comunicação da Companhia

- A Companhia deve comunicar ao Agente Fiduciário em até 3 dias úteis sobre a ocorrência dos eventos que levam ao vencimento antecipado.

Vencimento Antecipado Não Automático

- O Agente Fiduciário deve convocar AGD em até 2 dias úteis ao tomar ciência de eventos que podem levar ao vencimento não automático:
 1. Descumprimento de obrigações não pecuniárias.
 2. Não renovação de autorizações essenciais.
 3. Mudança do objeto social da Emissora.
 4. Questionamento judicial não resolvido em 10 dias.
 5. Ato governamental para expropriação de ativos.
 6. Descumprimentos de leis anticorrupção e ambientais.
 7. Decisões judiciais que envolvam desembolsos superiores a R\$20 milhões.
 8. Protesto de títulos em valor superior a R\$20 milhões.
 9. Inadimplemento de obrigações financeiras em valor igual ou superior a R\$20 milhões.
 10. Transferência de ativos acima de R\$20 milhões.
 11. Uso dos recursos das Debêntures em destinação diversa.
 12. Concessão de empréstimos ou garantias acima de R\$20 milhões.
 13. Rebaixamento de classificação de risco em 2 níveis ou mais.
 14. Cancelamento da listagem das ações na B3.

Nos exercícios de 2022, 2023 e 2024, a Companhia realizou emissões de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, nos termos da resolução da CVM nº 160 de 13 de julho de 2022 (em 2022, instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009), conforme segue:

	3ª Emissão	4ª Emissão	5ª Emissão	6ª Emissão 1ª Série	6ª Emissão 2ª Série
Data de emissão	15/08/2022	19/10/2023	24/05/2024	26/12/2024	26/12/2024
Quantidade	200.000	200.000	150.000	90.000	60.000
Valor nominal - R\$	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000
Valor total	200.000	200.000	150.000	90.000	60.000
Custo incorrido	1.240	1.131	1.061	578	385
Encargos	CDI + 2,0%	CDI + 2,0%	CDI + 1,8%	CDI + 1,4%	CDI + 1,6%
Prazo	5 anos	5 anos	5 anos	3 anos	5 anos
Data de vencimento	15/08/2027	19/10/2028	24/05/2029	15/12/2027	17/12/2029
Carência	18 meses	24 meses	30 meses	18 meses	42 meses
Amortização (Principal + Juros)	Semestral	Semestral	Anual	Anual	Anual
Uso	Reforço de caixa	Alongamento de dívidas	Reforço de caixa	Reforço de caixa	Reforço de caixa

A movimentação da dívida na Controladora e no Consolidado é a seguinte:

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Saldo em 1º de janeiro	684.182	413.645
Captação de debêntures		300.000
Custos de captação		(2.025)
Custos de captação apropriados	956	124
Juros incorridos	96.201	61.298
Juros pagos	(96.023)	(60.289)
Amortização	(107.143)	(28.571)
Saldo em 31 de dezembro	578.173	684.182
(-) Circulante	(167.527)	(122.349)
Não circulante	410.646	561.833

As parcelas vencíveis a longo prazo apresentam o seguinte cronograma:

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Não circulante		
Entre um e dois anos	201.290	151.187
Entre dois e três anos	129.522	201.290
Entre três e quatro anos	79.834	129.522
Acima de quatro anos		79.834
	410.646	561.833

As debêntures requerem a manutenção de *covenants* financeiros, apurados trimestralmente, com base nas informações contábeis intermediárias e demonstrações financeiras consolidadas que são: (i) a razão entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado que não deve ser superior a 2,5x, e (ii) a razão entre o EBITDA e a despesa financeira líquida deve ser maior ou igual a 2x.

Modalidade	Encargos financeiros	Controladora e Consolidado	
		2025	2024
3ª emissão de debêntures	CDI + 2,00% a.a.	121.015	178.938
4ª emissão de debêntures	CDI + 2,00% a.a.	154.743	204.701
5ª emissão de debêntures	CDI + 1,80% a.a.	152.100	151.275
6ª emissão 1º série de debêntures	CDI + 1,40% a.a.	90.217	89.560
6ª emissão 2º série de debêntures	CDI + 1,60% a.a.	60.098	59.708
		<u>578.173</u>	<u>684.182</u>
(-) Circulante		<u>(167.527)</u>	<u>(122.349)</u>
Não circulante		<u>410.646</u>	<u>561.833</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os *covenants* relativos aos contratos de debêntures foram observados e estão dentro das condições estabelecidas nas cláusulas contratuais financeiras acima mencionadas.

No período findo em 31 de dezembro de 2024, os *covenants* relativos aos contratos de debêntures foram observados e estão dentro das condições estabelecidas nas cláusulas contratuais financeiras.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados:

Os Diretores esclarecem que os financiamentos atualmente contratados não possuem restrição de uso e visam suprir, principalmente, as necessidades de capital de giro e de reposição do caixa e financiar as estratégias de crescimento da Companhia, ou seja, não há limites para utilização dos financiamentos contratados.

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa:

A discussão a seguir sobre a situação financeira e o resultado das operações da Companhia deverá ser lida em conjunto com as suas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e as respectivas notas explicativas, bem como com as informações constantes dos demais itens do Formulário de Referência, em especial os demais subitens desta seção 2.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

As tabelas abaixo apresentam os valores relativos à demonstração dos resultados consolidados para os períodos encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

Demonstração do Resultado do Exercício Consolidado					
(em milhares de reais)	Nos períodos doze meses encerrados em 31 de dezembro de				2025/2024
	2025		2024		
	Consolidado	AV (%)	Consolidado	AV (%)	AH (%)
OPERAÇÕES CONTINUADAS					
Receita líquida dos serviços prestados	2.216.531	100,0%	1.981.354	100,0%	11,9%
Custos dos serviços prestados	(904.993)	-40,8%	(887.127)	-44,8%	2,0%
LUCRO BRUTO	1.311.538	59,2%	1.094.227	55,2%	19,9%
Despesas gerais e administrativas	(829.243)	-37,4%	(791.721)	-40,0%	4,7%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(37.634)	-1,7%	(63.577)	-3,2%	-40,8%
LUCRO OPERACIONAL	444.661	20,1%	238.929	12,1%	86,1%
Receita financeira	103.401	4,7%	92.181	4,7%	12,2%
Despesas financeiras	(317.322)	-14,3%	(317.479)	-16,0%	0,0%
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	230.740	10,4%	13.631	0,7%	1592,8%
Imposto de renda e contribuição social e incentivos fiscais	(16.304)	-0,7%	(14.793)	-0,7%	10,2%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	214.436	9,7%	(1.162)	-0,1%	N.M.
Atribuído aos Acionistas da Controladora	214.436	9,7%	(1.162)	-0,1%	N.M.
Participação dos não controladores	0	0,0%	0	0,0%	0,0%

Receita líquida dos serviços prestados

A receita líquida dos serviços prestados aumentou 11,9% em 2025, ficando em R\$2.216.531 mil no período encerrado em 31 de dezembro de 2025, ante R\$1.981.354 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Na opinião dos Diretores da Companhia, esta variação é decorrente principalmente de (i) aumento do volume de alunos matriculados na graduação híbrida, em função da melhoria da taxa de captação e redução da taxa de evasão; (ii) do crescimento da base de alunos do curso de Medicina; (iii) da implementação do programa Ser Solidário; e (iv) do repasse da inflação. Esses vetores de crescimento foram parcialmente compensados pelo crescimento na linha de descontos e bolsas de 17,8%, em função principalmente dos maiores descontos ofertados para alunos de safras mais antigas e por conta da melhoria da pontualidade e assiduidade de pagamento dos alunos, que impactam essa linha.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia contava com 343.456 alunos matriculados, ante os 330.284 alunos em 31 de dezembro de 2024. Do total da receita bruta dos serviços prestados no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, 89,4% (ou R\$4.541,0 milhões) correspondeu às mensalidades de ensino híbrido (graduação + pós-graduação), comparado a 88,1% (ou R\$3.906,0 milhões) no exercício findo em 31 de dezembro 2024.

Custos dos serviços prestados

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, os custos dos serviços totalizaram R\$904.993 mil, ante R\$887.127 mil no exercício findo em 31 de dezembro de

2024, um aumento de 2,0% na comparação 2025 x 2024. Na visão dos Diretores da Companhia, essa variação decorreu, principalmente, em virtude de:

(i) os custos de pessoal e encargos apresentaram um aumento de 4,5% em comparação a 2024, finalizando o ano de 2025 em R\$495.611 mil, contra um total de R\$474.211 mil ao final do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, principalmente devido ao dissídio salarial anual, ao incremento da base dos cursos de saúde, e pelo aumento da carga horária, em função do crescimento da base de alunos do ensino híbrido e seus respectivos encargos sociais, parcialmente compensados pela melhoria da eficiência operacional com o aumento do número da média de alunos por turma (ensalamento), melhoria da ocupação de imóveis e avanço do modelo acadêmico Ubíqua;

(ii) os custos com aluguéis atingiram R\$19.825 mil no final do exercício 2025, contra R\$21.144 milhões em 2024, o que corresponde a uma redução de 6,2% na comparação 2025 x 2024. Os custos com aluguéis foram impactados por: (a) redução dos contratos de aluguel que não se enquadram no IFRS 16; (b) reajustes previstos de contratos em linha com a inflação; e (c) otimização da locação e ocupação do parque imobiliário;

(iii) a linha de concessionárias apresentou uma redução de 11,5%, em decorrência principalmente da devolução de imóveis de maior tamanho e menor taxa de ocupação, do aumento da eficiência nas demais unidades, em virtude das iniciativas de otimização operacional, e da incidência da "bandeira verde" de consumo de energia no início de 2025, parcialmente compensada pelo aumento da base de alunos de Ensino Híbrido, em especial em cursos de saúde, que possuem carga horária maior em função das aulas práticas, e do crescimento das unidades mais novas; e

(iv) a linha de serviços de terceiros e outros totalizou R\$145.654 mil no exercício social de 2025, contra R\$138.311 mil em 2024, representando um aumento de 5,3% na comparação 2025 x 2024. Essa variação ocorreu principalmente em virtude do aumento dos valores pagos para preceptores em função do reajuste dos contratos de prestação de serviços e do maior número de alunos de cursos de saúde em períodos mais avançados de seus respectivos cursos, bem como o aumento da quantidade de alunos nos cursos de medicina. Vale também notar que nessa conta são registrados os custos de repasse aos municípios relativos aos cursos de medicina credenciados dentro da Lei dos Mais Médicos (via portaria MEC 531/23), em função das vagas adicionais desse curso que foram credenciadas ao longo de 2025. Esses aumentos foram parcialmente compensados pela otimização dos gastos com preceptoria e insumos de laboratórios;

Como percentual da receita líquida dos serviços prestados, os custos dos serviços prestados passaram de 44,8%, no período de 31 de dezembro de 2024, para 40,8% em 31 de dezembro de 2025.

Lucro Bruto

O lucro bruto passou de R\$1.094.227 mil, no período de 31 de dezembro de 2024, para R\$1.311.538 mil, no período de 31 de dezembro de 2025, representando um aumento de 19,9% na comparação 2025 x 2024. O aumento do lucro bruto decorre do desenvolvimento orgânico do Ensino Híbrido, e do aumento dos custos em ritmo menor do que o crescimento da receita líquida, em função da otimização dos custos operacionais. Devido a estes fatores, a margem bruta ficou em 59,2%, em 2025, ante 55,2%, em 2024, o que representa um aumento de 4,0 p.p.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$829.243 mil ao final do exercício 2025, um aumento de 4,7% na comparação com 2024, quando as despesas gerais e administrativas atingiram R\$791.721 mil.

Na visão dos Diretores da Companhia, esta variação se deu, principalmente, devido ao aumento apresentado nas despesas com:

(i) a linha de pessoal e encargos sociais apresentou um aumento de 6,8% em 2025 comparado com 2024, devido principalmente ao dissídio coletivo, aumento do provisionamento da Participação no Lucro dos Resultados (PLR) e do Plano de Concessão de Ações e internalização de algumas atividades terceirizadas. Houve também um efeito não-recorrente de R\$10.420 mil relacionado a multas indenizatórias decorrentes da readequação da estrutura administrativa;

(ii) Em 2025, os serviços prestados apresentaram um aumento de 7,6% em relação ao exercício de 2024, devido principalmente a despesas não-recorrentes que totalizaram R\$7.507 mil, referente à prestação de serviços jurídicos, serviços de TI para consultoria e automação de processos, parcialmente compensadas pelos esforços da Companhia em otimizar suas operações, da internalização de algumas atividades terceirizadas e descontinuação de unidades e polos com menor eficiência;

(iii) as despesas com publicidade apresentaram uma redução de 7,4% em 2025, quando comparadas com 2024, apresentando uma redução de 1,3 p.p. como percentual da receita líquida, atingindo 6,3% no exercício 2025, contra um percentual de 7,6% no exercício 2024. A redução das despesas com publicidade ocorreu principalmente em decorrência da conclusão de projetos de ganho de eficiência em marketing e redução do custo de aquisição de alunos, em linha com o plano de otimização operacional;

(iv) a linha de PDD e Perdas Efetivas apresentou crescimento de 10,0% na comparação 2025 x 2024, passando de 10,0% em 2024, para 9,8%, em 2025, como percentual da receita líquida, devido principalmente a provisões adicionais referentes à maior evasão de alunos do ensino digital, aumento do provisionamento do FG-FIES e do programa Ser Solidário. Adicionalmente, em função de alterações no processo de cobrança de alunos realizadas ao longo de 2025, houve uma migração de despesas que anteriormente eram incorridas como despesas financeiras, na linha de 'descontos concedidos', para a PDD, gerando um efeito contábil em ambas as linhas nesse semestre, sem impacto no lucro líquido, mas com impacto positivo na geração de caixa; e

(v) em 2025, a linha de Outros apresentou um aumento de 3,5% quando comparada com 2024, em linha com a inflação entre os dois períodos.

Como percentual da receita líquida dos serviços prestados, as despesas gerais e administrativas passaram de 40,0% no exercício 2024 para 37,4% no exercício 2025, refletindo as variações ocorridas nas despesas citadas no parágrafo anterior.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia auferiu outras despesas operacionais, líquido entre "outras receitas e outras despesas operacionais", no montante de R\$37.634 mil negativos, devido principalmente às baixas de imobilizado e de direitos de uso, líquidos das obrigações de arrendamento, relativas aos imóveis formalmente devolvidos no período que geraram um efeito não-recorrente de R\$8,6 milhões; a processos

trabalhistas relacionados ao curso normal da operação; e às despesas com custas judiciais e provisões para contingências. Já para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia auferiu outras despesas operacionais, líquido entre “outras receitas e outras despesas operacionais”, no montante de R\$63.577 mil negativos, em função principalmente de efeitos não-recorrentes, que incluem: (i) provisão para impairment do ágio nas aquisições da ABES, UNI7 e CDMV; (ii) baixa de direito de uso líquida das obrigações de arrendamento relativa às entregas de imóveis e do recálculo de aluguéis referente à adequação das normas do IFRS 16; (iii) baixa de imobilizado devido à devolução de imóveis; e (iv) registro de provisão para contingências tributárias, cujo o efeito caixa é esperado para 2025.

Lucro Operacional

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou um lucro operacional de R\$444.661 mil, ante um lucro operacional de R\$238.929 mil no período de 31 de dezembro de 2024. Os Diretores destacam que as variações decorrem das explicações das contas contábeis supracitadas.

Receitas financeiras

As receitas financeiras aumentaram 12,2% no exercício social de 2025, passando de R\$92.181 mil no exercício 2024, para R\$103.401 mil no exercício 2025, em decorrência, principalmente do (i) aumento na linha de rendimentos de aplicações financeiras; (ii) aumento da receita com variação cambial ativa, oriunda do swap do empréstimo contraído na modalidade 4131 (que é compensado pelas despesas financeiras de variação cambial passiva); (iii) redução na linha de ajuste de marcação a mercado de derivativos financeiros que passou a ser registrada pela Companhia a partir do 4T23, conforme dispõe o CPC 46, representando um efeito contábil, sem efeito caixa; (iv) redução da cobrança de juros de alunos. Como percentual da receita líquida dos serviços prestados, as receitas financeiras ficaram em 4,7% no exercício findo em 31 de dezembro em 2025, em linha na comparação com o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, quando também ficaram em 4,7%.

Despesas financeiras

As despesas financeiras passaram de R\$317.479 mil no período findo em 31 de dezembro de 2024, para R\$317.322 mil no período findo em 31 de dezembro de 2025, ficando em linha na comparação entre os dois períodos. As principais variações ocorreram nas seguintes despesas:

- (i) as Despesas de Juros aumentaram 23,9%, passando de R\$91.562 mil em 2024 para R\$113.402 mil em 2025, em virtude do aumento da taxa média de juros no Brasil, parcialmente compensado pela redução do endividamento líquido;
- (ii) os Juros de Arrendamentos Mercantis apresentaram uma redução de 1,5% na comparação 2025 x 2024, atingindo R\$78.174 mil em 2025, contra R\$79.399 mil em 2024, em função das devoluções de imóveis e renegociação de aluguéis ocorridas no período, parcialmente compensadas pelos reajustes dos contratos remanescentes e dos novos contratos para novas unidades e expansões de campi existentes;

(iii) os Descontos Concedidos atingiram R\$39.154 mil em 2025, ante R\$61.438 mil em 2024, representando uma redução de 36,3%, em função das alterações nos processos de cobrança, conforme comentado em 'PDD' e da redução do volume de acordos para recuperação de créditos de mensalidades antigas, principalmente entre 361 e 720 dias;

(iv) a linha de Atualização monetária de compromissos a pagar atingiu R\$1.987 mil em 2025, contra R\$4.684 mil em 2024, uma redução de 57,6%, em função da redução do saldo de compromissos a pagar em 62,5% na mesma base de comparação;

(v) Variação cambial passiva - Swap aumentou 3,8%, passando de R\$46.864 mil em 2024 para R\$48.645 mil em 2025, em função da marcação a mercado de derivativos.

(vi) A linha Outros das Despesas Financeiras atingiram R\$18.213 mil em 2025, representando uma redução de 13,9%, quando comparado com 2024, quando terminou o exercício em R\$21.164 mil, em virtude da redução do saldo geral de endividamento financeiro da Companhia.

Como percentual da receita líquida dos serviços prestados, as despesas financeiras passaram de 16,0% no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 para 14,3% no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

No exercício 2025, houve um lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social de R\$230.740 mil, ante um lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social de R\$13.631 mil no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Imposto de renda, contribuição social e incentivos fiscais

No período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2025, o montante devido de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, incluindo o benefício dos incentivos fiscais aplicáveis às entidades de ensino superior (PROUNI) e do diferimento dos tributos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, atingiu R\$16.304 mil, em virtude do lucro líquido apresentando no exercício 2025, com impacto no lucro tributável, ante o prejuízo apresentado no exercício 2024. No período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2024, o montante devido de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, incluindo o benefício dos incentivos fiscais aplicáveis às entidades de ensino superior (PROUNI) e do diferimento dos tributos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, atingiu R\$14.793 mil, em virtude do lucro agregado de parte das empresas da Companhia, e de adições temporárias sazonais, incluindo o impacto do ajuste da marcação a mercado de derivativos financeiros, das movimentações nos direitos de uso e obrigações de arrendamento e, principalmente, da provisão para impairment de ágio na aquisição de investimentos que não encontram respaldo na apuração do lucro da exploração (lucro incentivado).

Lucro (prejuízo) líquido do período

No exercício 2025, em virtude dos motivos mencionados acima, nas análises das variações, houve um lucro líquido de R\$214.436 mil, ante um prejuízo de R\$1.162 mil no exercício 2024.

FLUXO DE CAIXA

Comparação de demonstrações de fluxo de caixa do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

A redução do caixa no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2025 ficou em R\$108.796 mil, sendo que foram gerados R\$606.940 mil com as atividades operacionais, foram investidos R\$155.609 mil nas atividades de investimento e houve uma aplicação de recursos de R\$334.305 mil de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento, além de R\$221.278 mil referentes ao pagamento de juros e R\$4.544 mil de imposto de renda e contribuição social, conforme reconciliação abaixo:

Demonstração do Fluxo de Caixa Consolidado (em milhares de reais)	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	606.940	455.323
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(155.609)	(183.493)
Títulos e Valores Mobiliários	0	81.590
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	(334.305)	16.844
Atividades de Financiamento	(314.698)	16.844
Pagamento de Dividendos	(19.607)	0
Pagamento de Juros	(221.278)	(211.720)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(4.544)	(3.083)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(108.796)	155.461
Demonstração do aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	370.728	215.267
No fim do período	261.932	370.728
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(108.796)	155.461
Variação das Disponibilidades Financeiras	(108.796)	77.171

Caixa gerado pelas atividades operacionais

A geração de caixa operacional decorre substancialmente de operações da Companhia, podendo variar de período a período, conforme a flutuação das receitas dos negócios, dos custos e despesas operacionais e do resultado financeiro. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais foi de R\$606.940 mil e R\$455.323 mil, respectivamente.

Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento

O fluxo de caixa das atividades de investimento está substancialmente relacionado: (i) às aquisições de empresas controladas menos caixa líquido na aquisição; (ii) às aquisições de ativo imobilizado; e (iii) à aquisição de ativos intangíveis. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, o fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento somou

um total de R\$155.609 mil, sendo R\$59.411 mil aplicados principalmente na construção e reforma das unidades do Grupo e na aquisição de livros para biblioteca e equipamentos, R\$32.672 mil em Adições ao intangível e R\$63.526 mil em pagamento de aquisição de controladas.

Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento

Os recursos líquidos aplicados nas atividades de financiamento, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, totalizaram R\$334.305 mil negativos, em virtude principalmente da amortização de debêntures, amortização de contratos de empréstimos e financiamentos e dos arrendamentos.

2.2 - Os diretores devem comentar sobre

a. resultados das operações da Companhia:

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A seguir, são apresentados os comentários da Diretoria da Companhia correspondentes à análise dos principais componentes da receita e fatores que afetaram ou podem afetar materialmente os resultados da Companhia. Nas seções 2.2 (b) e 2.2 (c), em conjunto, são comentados as variações e/ou impactos de itens tais como, inflação, taxa de juros e sazonalidade.

Desde a constituição da Companhia, sua receita decorre da prestação de serviços educacionais de graduação, pós-graduação e cursos profissionalizantes. Esclarecem, nossos Diretores, que nossa receita bruta é composta pelos seguintes itens:

Mensalidades: A maior parte da receita bruta da Companhia provém das mensalidades cobradas pelos cursos de graduação tradicional, ensino a distância, graduação tecnológica, extensão, especialização e pós-graduação, que são oferecidos aos alunos. Os cursos são vendidos em módulos de seis meses, parcelados em seis mensalidades, com pagamento no início de cada mês, sendo a confirmação da matrícula no semestre feita mediante o pagamento da primeira parcela.

Outras receitas: O restante da receita bruta da Companhia provém das taxas por serviços prestados aos alunos, como impressão de documentos, requerimentos de revisão de notas, requerimentos de histórico escolar, taxa de inscrição no vestibular, aluguéis de salas e auditórios, entre outras receitas.

A tabela a seguir demonstra a composição da receita operacional bruta e receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(em milhares de reais)	31 de dezembro de 2025	AV (1)	31 de dezembro de 2024	AV (1)
Receita Operacional Bruta	5.078.835	229,1%	4.432.039	223,7%
Mensalidades de graduação	4.528.177	204,3%	3.892.015	196,4%
Mensalidades de pós-graduação	13.659	0,6%	13.978	0,7%
Mensalidades de ensino técnico	1.445	0,1%	1.653	0,1%
Mensalidades de EAD	443.184	20,0%	454.124	22,9%
Outras	92.370	4,2%	70.269	3,5%
Deduções da receita bruta	(2.862.304)	-129,1%	(2.450.685)	-123,7%
Descontos e bolsas	(2.774.614)	-125,2%	(2.376.533)	-119,9%
Impostos	(87.690)	-4,0%	(74.152)	-3,7%
Receita operacional líquida	2.216.531	100,0%	1.981.354	100,0%

(1) Percentual total da receita operacional líquida.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os Diretores comentam que a situação financeira e o resultado das operações da Companhia são influenciados por fatores como: (i) o desenvolvimento macroeconômico brasileiro; (ii) a taxa de desemprego; (iii) a disponibilidade de crédito; (iv) inflação, (v) nível de juros

básicos; (vi) o nível de renda da população; e (vii) alterações regulatórias e legislativas que incidem sobre o setor de educação e os negócios da Companhia. Variáveis como desenvolvimento macroeconômico brasileiro, a taxa de desemprego e a média salarial podem afetar, positivamente ou negativamente, a receita da Companhia, uma vez que impactam diretamente o poder de consumo dos seus clientes. Também podem incorrer em variações, positivas ou negativas, em relação aos seus custos operacionais e despesas administrativas e comerciais devido à oferta e demanda de mão de obra. A disponibilidade de crédito e o nível dos juros básicos podem afetar, positivamente ou negativamente, as despesas financeiras da Companhia, bem como a sua capacidade de investimento no curto e médio prazo.

Exceto pela inflação e taxas de juros básicos, os Diretores comentam que não é possível aferir quantitativamente o impacto dos fatores macroeconômicos citados acima nas atividades da Companhia, muito embora não seja possível afastar completamente potencial relevância indireta destes para o desenvolvimento de qualquer negócio no médio e longo prazo. Em relação à inflação e taxas de juros, os Diretores comentam que os impactos desses fatores têm sua relevância mitigada ou mesmo anulada na medida em que a Companhia consegue realizar periódicos reajustes de suas mensalidades para acompanhar a inflação e/ou compatibilizar o perfil de sua dívida e geração de caixa próprio para endereçar eventuais impactos resultantes de variações nas taxas de juros. Para informações adicionais a respeito de impactos da inflação e taxas de juros em nas atividades da Companhia, ver Item 2.2 (c) abaixo.

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxa de câmbio e inflação:

Os Diretores entendem que os principais fatores determinantes da receita bruta da Companhia são: (i) o número de alunos matriculados em cada um dos cursos oferecidos, unidades e turnos; (ii) o valor das mensalidades para cada curso, unidade e turno; e (iii) o número de disciplinas ou créditos que o aluno está cursando.

Os principais impactos nas variações de receitas entre os exercícios de 2025 e 2024 são: (i) crescimento de alunos matriculados e rematriculados nas instituições de ensino; (ii) reajustes das mensalidades estabelecidos de acordo com o curso, unidade e turno; e (iii) consolidação das receitas das instituições adquiridas.

Os Diretores ressaltam ainda que a variação da receita também pode ser atribuída à oferta de novos produtos e serviços nas áreas em que a Companhia atua, por exemplo, para o ensino superior há renovação constante do portfólio de cursos de graduação e pós-graduação, visando atender às necessidades locais do mercado de trabalho.

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no nosso resultado operacional e financeiro:

Os Diretores da Companhia destacam que o desempenho financeiro da Companhia pode ser afetado pela inflação, tendo em vista que as receitas da Companhia bem como os custos e despesas operacionais são incorridos em reais e estão, direta ou indiretamente, indexados aos índices de inflação como IGP-M e IPCA. Diante disso, considerando que o aumento dos

nossos custos e despesas são compensados pelo aumento proporcional das mensalidades cobradas de nossos clientes, os Diretores da Companhia acreditam que a inflação teve impacto relevante nos resultados da Companhia.

Os Diretores, no entanto, não podem prever se a Companhia será capaz de repassar o aumento dos custos para seus clientes no futuro.

Os Diretores destacam ainda que a Companhia poderá ser impactada em decorrência de variações da taxa de juros (CDI).

2.3 - Os diretores devem comentar sobre:

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram emitidas novas normas, alterações e interpretações de normas, ou mesmo as novas normas emitidas anteriormente ainda não tiveram sua vigência iniciada, porém sem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2025 ou após essa data e decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2:

Não houve impactos significativos nas demonstrações financeiras produzidos pelas mudanças nas práticas ou nas normas contábeis que passaram a vigorar a partir de janeiro de 2025.

b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor.

Os nossos Diretores informam que não houve nenhuma ressalva ou ênfases de nossos auditores para as Demonstrações Financeiras elaboradas em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

2.4 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a. da introdução ou alienação de segmento operacional:

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não houve introdução ou alienação de segmento operacional pela Companhia.

b. da constituição, aquisição ou alienação de participação societária:

É parte da estratégia de negócios da Companhia a aquisição de empresas. Neste sentido, os Diretores informam que desde a sua fundação, a Companhia já realizou diferentes aquisições que adicionaram receitas oriundas dessas empresas, cujas breves descrições foram inseridas abaixo. Para mais informações sobre as aquisições ver o item 1.1 do Formulário de Referência da Companhia. Todavia, com relação a eventuais futuras aquisições, os Diretores não podem afirmar quais serão e se haverá efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 houve a constituição da empresa Thesis Estratégias de Comunicação e Marketing Ltda., com o objetivo de desenvolver e executar ações de marketing, publicidade e propaganda junto aos veículos de comunicação e a empresa Ser Finance Holding Financeira Ltda., Holding Financeira criada de modo a atender o disposto na Resolução CMN nº 4.970/2021.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

c. dos eventos ou operações não usuais:

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não realizou eventos ou operações não usuais.

2.5 - Medições não contábeis

a. Informar o valor das medições não contábeis

A Companhia divulgou nos últimos três exercícios sociais as seguintes medições não contábeis:

(Em Reais mil, exceto se de outra forma indicado)	Exercício social encerrado em	
	31/12/2025	31/12/2024
EBITDA	669.301	461.363
EBITDA ajustado	559.578	437.699
Margem de EBITDA ajustado	25,2%	22,1%
Dívida (Caixa) líquida	504.713	718.546
Índice de Alavancagem Financeira	27,3%	37,3%
Índice de Endividamento	0,90	1,64
Índice de Liquidez Corrente	1,26	1,35
Taxa Anual de Crescimento Composto (CAGR) - Receita Líquida	10,0%	8,7%

EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* ou LAJIDA - Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) é uma medição não contábil elaborada por nós em consonância com a Resolução da CVM nº 156, de 23 de junho de 2022 ("[Resolução CVM 156](#)"), que dispõe sobre a forma de divulgação voluntária do EBITDA pelas companhias abertas. O EBITDA deve ser conciliado com as nossas demonstrações financeiras como segue: lucro (prejuízo) líquido do exercício acrescido das despesas com imposto de renda e contribuição social, do resultado financeiro, e pelos custos e despesas de depreciação e amortização.

De acordo com a Resolução CVM 156, podemos optar por divulgar os valores do EBITDA excluindo os resultados líquidos vinculados às operações descontinuadas, como especificadas no Pronunciamento Técnico CPC 31 Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, e ajustado por outros itens que contribuam para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa.

Desta forma, EBITDA Ajustado corresponde à soma do EBITDA com (a) o resultado financeiro das receitas com multas e juros sobre as mensalidades, (b) os custos e despesas não recorrentes, compostos pelos gastos ligados a fusões e aquisições de empresas, os quais não impactariam a geração usual de caixa e (c) os aluguéis mínimos pagos, que são compostos pelos contratos de aluguel registrados como arrendamentos financeiros de acordo com o Comitê de Pronunciamento Contábil.

A Margem EBITDA Ajustado refere-se a divisão do EBITDA Ajustado pela receita líquida dos serviços prestados.

O EBITDA, EBITDA Ajustado e as outras medições não contábeis apresentadas neste Formulário de Referência, e listadas abaixo, não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") emitido pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), tampouco devem ser considerados isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez e não devem ser considerados como base para distribuição de dividendos. Outras companhias podem calcular o EBITDA, EBITDA Ajustado e as outras medições não contábeis apresentadas neste Formulário de Referência, e listadas abaixo, de maneira diferente de nós.

Dívida Líquida

Calculamos a dívida líquida como a soma de empréstimos e financiamentos, debêntures e compromissos a pagar, menos a soma de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários circulantes.

Índice de Alavancagem Financeira (Dívida Líquida/(Dívida Líquida + Patrimônio Líquido))

Calculamos o Índice de Alavancagem Financeira como a razão entre a dívida líquida (definida acima) e a soma da dívida líquida com o patrimônio líquido.

Índice de Endividamento (Dívida líquida/EBITDA Ajustado)

Calculamos o Índice de Endividamento como a razão entre a dívida líquida e o EBITDA Ajustado (definido acima). No item 2.5-b, o índice de endividamento é apresentado também de outra forma, como a razão entre a soma do passivo circulante e passivo não circulante, e o ativo total).

Índice de Liquidez Corrente

Calculamos o índice de Liquidez Corrente como a razão entre o ativo circulante e o passivo circulante. Entretanto, apesar deste indicador seguir uma forma de apresentação padronizada (nos termos de Artigo 3º, inciso I, da Resolução CVM 156), nós não podemos garantir que outras empresas sigam o mesmo padrão de apresentação.

Nesse sentido, caso o método padronizado instituído pela Resolução CVM 156 não seja adotado por outras empresas, a liquidez corrente divulgada por nós, pode não ser comparável à liquidez corrente divulgada por outras empresas. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Resolução CVM 156 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o método padronizado instituído pela Resolução CVM 156. Ainda, empresas estrangeiras não estão sujeitas à Resolução CVM 156 e, portanto, podem apresentar métricas diferenciadas para o cálculo dessa medida.

Taxa Anual de Crescimento Composto (CAGR - *Compound Annual Growth Rate*)

Calculamos o CAGR, ou Taxa Anual de Crescimento Composto, dividindo a receita líquida de serviços no final do período em questão pelo seu valor no início desse período, elevando o resultado a potência de um dividido pelo período de duração e subtraindo um do resultado subsequente.

b. Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a conciliação entre os valores divulgados do EBITDA e EBITDA Ajustado e os valores das demonstrações financeiras auditadas foi realizada da seguinte forma:

(R\$ mil)	Exercício Social Encerrado em	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Lucro líquido (1)	214.436	(1.162)
(+) Despesas financeiras líquidas	213.921	225.298
(+) Imposto de renda e contribuição social	16.304	14.793
(+) Depreciação e Amortização	224.640	222.434
EBITDA (2)	669.301	461.363
(+) Receita de juros e multa sobre mensalidades (4)	9.682	19.565
(+) Custos e Despesas Não Recorrentes (5)	26.518	96.054
(-) Aluguéis mínimos pagos (6)	(145.923)	(139.283)
EBITDA Ajustado (3)	559.578	437.699
Caixa (Dívida) Líquido / (Dívida Líquida + Patrimônio Líquido)	27,3%	37,3%

(1) Em função de sua aderência ao PROUNI, a Companhia tem benefícios fiscais que afetam seu lucro líquido. Para mais informação, veja o Item 2.2 acima.

(2) EBITDA não é uma medida contábil, conforme esclarecido no quadro 2.5 abaixo.

(3) O EBITDA Ajustado corresponde à soma do EBITDA com o resultado financeiro de receitas com multas e juros sobre mensalidades, custos e despesas não recorrentes e os aluguéis mínimos pagos.

(4) Receita de juros e multa sobre mensalidades são compostas pelo resultado financeiro, líquido, da Companhia, oriundo da receita de juros e de multas sobre mensalidades corresponde aos encargos financeiros sobre as mensalidades negociadas e mensalidades pagas em atraso.

(5) Os custos e despesas não recorrentes são compostos por gastos ligados a fusões aquisições de empresas, e gastos de natureza não rotineira, o qual não impactaria na geração de caixa.

(6) Os aluguéis mínimos são compostos pelos contratos de aluguel os quais foram registrados como arrendamentos financeiros pelo CPC 06. Os gastos destes arrendamentos não transitam pelo EBITDA da Companhia, sendo incorporados ao EBITDA Ajustado.

EBITDA (Valores em R\$ ('000))	12M25	12M24
Resultado Operacional	444.661	238.929
(-) Depreciação e Amortização (Custo + Despesa)	224.640	222.434
EBITDA¹	669.301	461.363
Margem EBITDA	30,2%	23,3%
(+) Receita de Juros sobre Acordos e Outros ²	9.682	19.565
(+) Custos e Despesas Não Recorrentes ³	26.518	96.054
Aluguel	-	2.107
Pessoal	10.420	12.558
Custo	-	1.239
Despesa	10.420	11.319
Serviços prestados por pessoa física e pessoa jurídica	7.507	19.194
Despesa	7.507	19.194
PCLD	-	17.136
Despesas Tributárias	-	260
Contingências Tributárias	-	6.941
Outras Despesas / Outras Despesas Operacionais Líquidas	8.591	37.859
Outras Despesas	-	2.211
Perda no valor de recuperação de ativos	-	2.517
Impairment de ativos relativos a aquisições	-	20.562
Recalculo arrendamento (IFRS-16)	-	12.280
Outras Despesas Operacionais Líquidas	8.591	289
(-) Aluguéis mínimos pagos ⁴	(145.923)	(139.283)
EBITDA Ajustado⁵	559.578	437.699
Margem EBITDA Ajustada	25,2%	22,1%

Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, a geração de caixa medida pelo EBITDA Ajustado somou R\$559.578 mil e em 31 de dezembro de 2024, R\$437.699 mil, representando um crescimento de 27,8%. Essa variação de 2025 x 2024 ocorreu em virtude do crescimento orgânico da Companhia, em especial no Ensino Híbrido, e da base de alunos do curso de medicina, associado ao controle de custos e despesas em função da implantação com sucesso do programa de otimização operacional realizado nos últimos anos, fatores que geraram um efeito combinado de aumento da alavancagem operacional uma vez que houve aumento da taxa de alunos por campus e alunos por turma, propiciando maior diluição dos custos fixos.

Vide a seguir a reconciliação da Margem EBITDA Ajustado:

Valores em R\$ ('000)	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Receita Líquida	2.216.531	1.981.354
EBITDA Ajustado (udm) ⁽¹⁾	559.578	437.699
Dívida líquida / EBITDA Ajustado (udm)	25,2%	22,1%

⁽¹⁾ A Margem EBITDA Ajustado não é uma medida contábil, conforme esclarecido no quadro 2.5 "a" deste Formulário de Referência.

Dívida Líquida, Índice de Alavancagem Financeira (Dívida Líquida/(Dívida Líquida + Patrimônio Líquido) e Índice de Endividamento (Dívida líquida/EBITDA Ajustado)

Vide a seguir a reconciliação da Dívida Líquida:

(R\$ mil)	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Total de empréstimos e financiamentos bancários	145.211	288.393
Total de Debêntures	578.173	684.182
Total de compromissos a pagar	44.095	117.462
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(261.932)	(370.728)
Menos: Títulos e valores mobiliários	(834)	(763)
Caixa (Dívida) líquido⁽¹⁾	504.713	718.546

⁽¹⁾ A Dívida Líquida não é uma medida contábil, conforme esclarecido no quadro 2.5 "a" deste Formulário de Referência.

Vide a seguir a reconciliação do Índice de Alavancagem Financeira (Dívida Líquida/(Dívida Líquida + Patrimônio Líquido):

(R\$ mil)	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Total do patrimônio líquido	1.342.852	1.208.464
Total do patrimônio líquido adicionado a dívida líquida	1.847.565	1.927.010
Índice de alavancagem financeira	27,3%	37,3%

⁽¹⁾ O Índice de Alavancagem Financeira não é uma medida contábil, conforme esclarecido no quadro 2.5 "a" deste Formulário de Referência.

Vide a seguir a reconciliação do Índice de Endividamento (Dívida líquida/EBITDA Ajustado):

Endividamento ⁽¹⁾ (Valores em R\$ 000)	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Dívida (Caixa) líquida	504.713	718.546
EBITDA Ajustado (udm)	559.578	437.699
Dívida líquida / EBITDA Ajustado (udm)	0,90	1,64

⁽¹⁾ O Índice de Endividamento não é uma medida contábil, conforme esclarecido no quadro 2.5 "a" deste Formulário de Referência.

(Reais)	31/12/2025	31/12/2024
Montante total da dívida de qualquer natureza (Passivo Circulante + Passivo não Circulante)	1.956.206.000	2.247.623.000
Tipo de índice	Índice de Endividamento	Índice de Endividamento
Ativo Total	3.299.058.000	3.456.087.000
Índice de endividamento	0,59295896	0,65033751

Índice de Liquidez Corrente

Vide a seguir a reconciliação do Índice de Liquidez Corrente:

Valores em R\$ (000)	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Ativo Circulante	915.478	986.134
Passivo Circulante	725.246	730.864
Índice de liquidez corrente⁽¹⁾	1,26	1,35

(1) O Índice de Liquidez Corrente não é uma medida contábil, conforme esclarecido no quadro 2.5 "a" deste Formulário de Referência.

CAGR (Compound Annual Growth Rate)

Vide a seguir a reconciliação do CAGR:

CAGR Receita líquida de serviços^{2023-2025 (1)} = 10,0%

$$[(\text{Receita Líquida}^{2025} 2.216.531 / \text{Receita Líquida}^{2023} 1.830.934)^{(1/2)}] - 1$$

(1) O CAGR não é uma medida contábil, conforme esclarecido no quadro 2.5 "a" deste Formulário de Referência.

c. Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição e do resultado de suas operações

EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

O EBITDA é utilizado como uma medida de desempenho pela nossa administração, porém não é uma medida de desempenho financeiro adotada pelas Práticas Contábeis Brasileiras ou de acordo com o IFRS. Este não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como um substituto para o lucro líquido, como um indicador de desempenho operacional, nem tampouco como um indicador de liquidez.

Consideramos o EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado como uma ferramenta significativa e prática para comparar, de forma sistemática, nosso desempenho operacional e permitir uma comparação com outras companhias do mesmo segmento, bem como embasar determinadas decisões de natureza administrativas.

O uso do EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado como indicadores da lucratividade da sociedade possui limitações porque não leva em conta certos custos atinentes aos nossos negócios, tais como despesas financeiras, impostos, depreciação, juros e multas sobre recebimentos em atraso de clientes e demais despesas correlatas. A nossa administração acredita que o EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado são medidas práticas para aferir a geração de caixa e desempenho operacional, bem como liquidez, que permite uma comparação com outras empresas do mesmo segmento, ainda que outras empresas possam calculá-lo de maneira distinta.

Dívida Líquida, Índice de Alavancagem Financeira ($\text{Dívida Líquida} / (\text{Dívida Líquida} + \text{Patrimônio Líquido})$), Índice de Endividamento ($\text{Dívida Líquida} / \text{EBITDA Ajustado}$), Índice de Liquidez Corrente e CAGR (Compound Annual Growth Rate)

A Dívida Líquida, Índice de Alavancagem Financeira, Índice de Endividamento e Índice de Liquidez Corrente são métricas utilizadas pela nossa administração como alternativas para a mensuração do endividamento e alavancagem da Companhia, incluindo para a análise da variação dessas métricas entre os períodos, e comparação com benchmarks da indústria.

Utilizamos o CAGR da receita líquida de serviços, ou Taxa Anual de Crescimento Composto, como uma alternativa a taxa de crescimento acumulada ou média, pois pondera o crescimento como se este tivesse ocorrido a uma taxa constante ao longo dos períodos em análise.

2.6 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Eventos subsequentes às demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025

Novos cursos de medicina - Programa Mais Médicos 3

Em fevereiro de 2026, o MEC publicou ato revogando o Edital nº 01/2023 para autorização de novos cursos e vagas em medicina por chamamento público, suspendendo de forma indefinida qualquer previsão de novos ciclos de chamamento até ulterior deliberação normativa ou regulatória. Essa revogação ocorreu diante de alterações relevantes no cenário fático e regulatório, que envolve volume de judicializações, expansão de cursos por outros sistemas e discussões sobre qualidade da formação médica.

7ª Emissão de Debêntures

Em 2 de março de 2026, o Conselho de Administração do Grupo aprovou a 7ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no montante de R\$ 250.000, destinadas exclusivamente a investidores profissionais. As debêntures terão prazo de 43 meses, remuneração correspondente a CDI + 1,10% ao ano, pagamentos semestrais de principal e juros com a 1ª amortização de principal no 18º mês, sendo os recursos destinados principalmente ao pré-pagamento de debêntures de emissões anteriores e ao reforço do capital de giro.

Em 10 de março de 2026, a Companhia informou ao mercado o encerramento de sua 7ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, perfazendo o montante de R\$ 250.000. Os recursos captados serão destinados, principalmente, ao pré-pagamento das debêntures da 3ª emissão da Companhia, emitidas em 15 de agosto de 2022, e das debêntures da 4ª emissão, emitidas em 10 de outubro de 2023, ambas originalmente remuneradas à taxa de DI + 2,00% ao ano. O saldo remanescente dos recursos obtidos será utilizado para reforço do capital de giro da Companhia.

2.7 – Política de destinação de resultados

Exercício Social Encerrado em		
Descrição	2025	2024
a. Regras sobre retenção de lucros	De acordo com a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, ou Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em Assembleia Geral poderão, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovada.	De acordo com a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, ou Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em Assembleia Geral poderão, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovada.
	A Lei das Sociedades por Ações, bem como o nosso Estatuto Social estabelecem que parte do nosso lucro será revertido para constituição de reservas: (i) reserva legal, mediante a retenção de 5% do lucro líquido, desde que não exceda 20% do capital social; e (ii) reservas em razão de contingências.	A Lei das Sociedades por Ações, bem como o nosso Estatuto Social estabelecem que parte do nosso lucro será revertido para constituição de reservas: (i) reserva legal, mediante a retenção de 5% do lucro líquido, desde que não exceda 20% do capital social; e (ii) reservas em razão de contingências.
	A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.	A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.
	Entende-se por lucro líquido a parcela remanescente do resultado do exercício social após deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda.	Entende-se por lucro líquido a parcela remanescente do resultado do exercício social após deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda.
	Devido à adesão ao PROUNI, os valores do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, não pagos em razão do incentivo fiscal concedido, são contabilizados no resultado do período, reduzindo as despesas dos referidos tributos. Para evitar a distribuição como dividendos, o montante dos incentivos fiscais é destinado, após transitar pelo resultado, para a conta de reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido. Esta reserva de lucro somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou absorção de prejuízos. Ademais, tais valores não poderão ser distribuídos aos acionistas, mediante restituição ou redução do capital, por até cinco anos após a data em que ocorrer a referida capitalização.	Devido à adesão ao PROUNI, os valores do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, não pagos em razão do incentivo fiscal concedido, são contabilizados no resultado do período, reduzindo as despesas dos referidos tributos. Para evitar a distribuição como dividendos, o montante dos incentivos fiscais é destinado, após transitar pelo resultado, para a conta de reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido. Esta reserva de lucro somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou absorção de prejuízos. Ademais, tais valores não poderão ser distribuídos aos acionistas, mediante restituição ou redução do capital, por até cinco anos após a data em que ocorrer a referida capitalização.
a.i. Valores das Retenções de Lucros	No exercício social de 2025, a Companhia apresentou lucro líquido de R\$214.436 mil, com uma reserva legal de R\$10.722 mil e uma reserva de retenção de lucros de R\$142.600 mil.	No exercício social de 2024, a Companhia apresentou prejuízo de R\$1.162 mil, não havendo retenções de lucros.
a.ii Percentuais em relação aos lucros totais declarados	-	-

Exercício Social Encerrado em		
Descrição	2025	2024
b. Regras sobre distribuição de dividendos	De acordo com o nosso Estatuto Social, nossos acionistas têm direito a receber, em cada exercício, a título de dividendos, um percentual mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado e a Companhia segue sua Política de Dividendos que estabelece o pagamento mínimo de 30% do lucro líquido, a serem pagos semestral-mente. Os referidos ajustes são (i) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas; (ii) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição de reserva legal e de reservas para contingências; e (iii) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a administração poderá propor, e a Assembleia Geral aprovar, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (nos termos do Artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações).	De acordo com o nosso Estatuto Social, nossos acionistas têm direito a receber, em cada exercício, a título de dividendos, um percentual mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado e a Companhia segue sua Política de Dividendos que estabelece o pagamento mínimo de 30% do lucro líquido, a serem pagos semestral-mente. Os referidos ajustes são (i) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas; (ii) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição de reserva legal e de reservas para contingências; e (iii) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a administração poderá propor, e a Assembleia Geral aprovar, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (nos termos do Artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações).
	No exercício social de 2025, a Companhia apresentou lucro líquido de R\$214.436 mil, com uma reserva legal de R\$10.722 mil e uma reserva de retenção de lucros de R\$142.600 mil.	No exercício social de 2024, a Companhia apresentou prejuízo de R\$1.162 mil, não havendo retenções de lucros.
	O lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, ajustado nos termos do artigo 202, inciso I, perfaz o montante de R\$203.714 mil. O dividendo obrigatório sobre o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, ajustado nos termos do artigo 202, inciso I, foi de R\$61.114 mil, ou 0,478897072 por ação, ad referendum da assembleia geral ordinária, a ser realizada em 27 de abril de 2026, conforme proposta da Administração da Companhia. Os dividendos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 deverão ser integralmente pagos em duas parcelas de R\$30.557 mil, ou seja, R\$0,239448536 por ação, com base na posição acionária de 6 de abril de 2026 e a data Ex-Dividendos será o dia 7 de abril de 2026, sendo a primeira parcela em 30 de abril de 2026 e a segunda parcela em 29 de maio de 2026.	No exercício social de 2024, a Companhia apresentou prejuízo de R\$1.162 mil, não havendo retenções de lucros. No entanto, conforme proposta da Administração, a Companhia propõe a distribuição de montante sobre lucros retidos, a título de dividendos, no valor de R\$19.607 mil, foram integralmente pagos em 16 de maio de 2025.

Exercício Social Encerrado em		
Descrição	2025	2024
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	A distribuição dos nossos dividendos ocorre anualmente. De acordo com o nosso Estatuto, poderemos, a qualquer tempo, levantar balancetes em períodos menores, em cumprimento a requisitos legais ou para atender a interesses societários, inclusive para a distribuição de dividendos intermediários ou intercalares, mediante deliberação do nosso Conselho de Administração, sendo que, caso distribuídos, poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório, observados os limites e procedimentos previstos em lei.	A distribuição dos nossos dividendos ocorre anualmente. De acordo com o nosso Estatuto, poderemos, a qualquer tempo, levantar balancetes em períodos menores, em cumprimento a requisitos legais ou para atender a interesses societários, inclusive para a distribuição de dividendos intermediários ou intercalares, mediante deliberação do nosso Conselho de Administração, sendo que, caso distribuídos, poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório, observados os limites e procedimentos previstos em lei.
d. Restrições à distribuição de dividendos	Não possuímos restrições à distribuição de nossos dividendos, assim como não existem restrições impostas por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.	Não possuímos restrições à distribuição de nossos dividendos, assim como não existem restrições impostas por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.
e. Política de destinação de resultados	Nós possuímos uma política de destinação de resultados, denominada Política de Dividendos, aprovada por nosso Conselho de Administração, em 28 de abril de 2017 e atualizada pelo mesmo órgão em 9 de maio de 2019 e está disponível para consulta em nosso site de Relações com Investidores (http://ri.sereducacional.com/), site da B3 (www.b3.com.br) e site da CVM (www.cvm.gov.br)	Nós possuímos uma política de destinação de resultados, denominada Política de Dividendos, aprovada por nosso Conselho de Administração, em 28 de abril de 2017 e atualizada pelo mesmo órgão em 9 de maio de 2019 e está disponível para consulta em nosso site de Relações com Investidores (http://ri.sereducacional.com/), site da B3 (www.b3.com.br) e site da CVM (www.cvm.gov.br)

2.8 – Descrição dos itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

(i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

(ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

(iii) contratos de construção não terminada

(iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia informam que não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:

Não aplicável.

2.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia:

Não aplicável, uma vez que não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

b. natureza e o propósito da operação:

Não aplicável, uma vez que não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação:

Não aplicável, uma vez que não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

2.10 - Plano de negócios

a. investimentos, incluindo:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os Diretores destacam que os investimentos da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 totalizaram R\$155.609 mil, sendo desse total R\$92.083 mil para aquisições de ativos mobilizados e intangíveis e R\$63.526 mil para o pagamento de aquisição das controladas UNESC, UNIFASB, UNIJUAZEIRO, UNIFACIMED, Centro de Desenvolvimento da Medicina Veterinária – CDMV e Hospital Veterinário DOK, Delinea e UNI7.

Para o exercício de 2026, os Diretores destacam que os investimentos previstos deverão ser alocados para a expansão dos campi existentes, construção de novos campi e eventuais aquisições de empresas consideradas chave para suportar o crescimento da Companhia, conforme seu plano de negócios. Parte dos investimentos também será utilizada para criação de novos cursos digitais, desenvolvimento de sistemas de ensino e matrizes curriculares online, plataforma comercial, novos canais de distribuição, bem como a manutenção da estrutura existente, com compra de livros para biblioteca, reposição de equipamentos (computadores, laboratórios) e licenças do MEC. A Companhia ainda avalia potenciais aquisições de outras instituições de ensino no mercado e Edtechs que possam expandir ainda mais seu ecossistema de educação continuada, porém não é possível garantir que esse tipo de investimento ocorrerá realmente até o presente momento.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Costumeiramente, existem três possíveis, e principais, fontes de recursos para os investimentos da Companhia: (i) recursos próprios, a partir da geração de caixa das operações; (ii) empréstimos e financiamentos (inclusive com a emissão de títulos de dívida); e (iii) novas oportunidades de captações.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Os Diretores afirmam que não existem desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia:

A Companhia realizou importantes aquisições, que agregaram alunos à sua base de alunos, cursos e unidades operacionais. As aquisições estão mencionadas no item (a) acima. Para maiores informações ver o item 1.1 do Formulário de Referência da Companhia.

c. novos produtos e serviços, indicando:

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Em 2025, a Companhia continuou a avançar no desenvolvimento de seu ecossistema de educação continuada, realizando investimentos estratégicos em empresas que possibilitem a oferta de uma ampla gama de serviços e cursos. O objetivo é expandir nosso portfólio e aprimorar a qualidade da prestação de serviços, utilizando metodologias de ensino ativas que promovam uma experiência de aprendizado mais envolvente e eficaz.

Além disso, a Companhia seguiu incorporando ferramentas de inteligência artificial para a robotização e automação de processos, o que não apenas otimiza a eficiência operacional, mas também possibilita a criação de conteúdos acadêmicos de alta qualidade. Essas inovações são fundamentais para o desenvolvimento de cursos e serviços que atendam às demandas emergentes no mercado de ensino superior brasileiro, garantindo que nossos alunos tenham acesso a uma formação relevante e atualizada.

(ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não houve investimentos relevantes em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

As informações estão abarcadas no item 2.10, item (c), (i).

(iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Em 2025, foram investidos o montante de aproximadamente R\$29.989 mil no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

As oportunidades relacionadas a questões ASG estão inseridas no plano de negócios da Ser Educacional, uma empresa ligada a educação continuada que tem como filosofia base de seu modelo de negócios transformar o Brasil pela educação e que o ensino é a melhor maneira de trazer mobilidade social às pessoas. Nesse sentido, a Companhia possui iniciativas ASG que são criadas e aprimoradas ao longo de sua história. As oportunidades a seguir são as principais prioridades da Companhia no tema:

A presente proposta da Administração contempla a eleição de uma mulher em seu Conselho de Administração, mantendo a diversidade dos membros do Conselho de Administração.

A proposta da Administração também contempla que a Companhia terá um Conselho de Administração de maioria independente e a não sobreposição de cargos da Diretoria Executiva e membros do Conselho de Administração.

Criação e manutenção de iniciativas que aprimorem o engajamento dos alunos e docentes em temas ligados ao apoio as sociedades em que estão inseridas em temas como diversidade, trabalhos sociais, em especial nas áreas de saúde e educação.

Programa de aprimoramento do atendimento ao público em suas clínicas de saúde instaladas em suas unidades.

Programa de redução de uso de energia e recursos por meio da otimização do parque imobiliário da Companhia e aprimoramento dos investimentos em energia solar no estado de Pernambuco.

2.11 - Outros fatores com influência relevante

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção "2".

ANEXO II

**PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA O EXERCÍCIO SOCIAL A SER
ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2026**

(nos termos do artigo 27, parágrafo 1º, da Resolução da CVM nº 80/2022)

SER EDUCACIONAL S.A.
CNPJ 04.986.320/0001-13
NIRE 26.3.0001679-6
Companhia Aberta

**PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA O EXERCÍCIO SOCIAL A SER
ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2026**

Em conformidade com o disposto no art. 196 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), e no artigo 27, §1º, inciso IV da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alteradas, a administração da **SER EDUCACIONAL S.A.** ("Companhia") vem submeter à avaliação e aprovação dos senhores acionistas a presente proposta de orçamento de capital para o exercício social de 2026.

O orçamento da Companhia, aprovado pelo Conselho de Administração, considera, para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026, gastos de R\$ 357.888.658,17 (trezentos e cinquenta e sete milhões, oitocentos e oitenta e oito mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e dezessete centavos), para investimentos em equipamentos, informática, construções e instalações.

Os quadros abaixo indicam a destinação e as fontes de recursos previstas pela Companhia para fazer frente aos referidos investimentos:

Uso de Recursos (em R\$)	
Máquinas, equipamentos, ferramentas, laboratórios e bibliotecas	19.664.397,56
Informática (<i>hardware</i> e <i>software</i>) / Intangível	42.510.199,53
Construções e instalações	98.251.725,37
Capital de Giro	197.462.531,71
Total de investimentos previstos para 2026	357.888.658,17

Fonte dos recursos (em R\$)	
Reserva de retenção de lucros, com base no art. 196 da Lei das S.A.	357.888.658,17

O prazo de duração do orçamento será até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2026.

ANEXO III

INFORMAÇÕES REQUERIDAS PELO “ANEXO A” DA RESOLUÇÃO CVM Nº 81/2022

(nos termos do Anexo A da Resolução da CVM nº 81/2022)

SER EDUCACIONAL S.A
CNPJ 04.986.320/0001-13
NIRE 26.3.0001679-6
Companhia Aberta

**PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO SOCIAL
ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

1. Lucro líquido do exercício

O lucro líquido apurado pela Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 214.436.055,23 (duzentos e quatorze milhões, quatrocentos e trinta e seis mil, cinquenta e cinco reais e vinte e três centavos).

2. Montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

A Administração propõe à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 27 de abril de 2026 ("Assembleia") a distribuição de dividendos no montante de R\$ 61.114.276,00 (sessenta e um milhões, cento e quatorze mil, duzentos e setenta e seis reais), a título de dividendos sobre o Lucro Líquido do exercício 2025, equivalentes a 30% (trinta por cento) do Lucro Líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das S.A., conforme estipulado na Política de Dividendos da Companhia, e que correspondem a R\$0,478897072 por ação da Companhia, excluindo as ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2025.

3. Percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Os dividendos a serem distribuídos, conforme propostos pela administração da Companhia, no valor de R\$ 61.114.276,00 (sessenta e um milhões, cento e quatorze mil, duzentos e setenta e seis reais), correspondem a 30% (trinta por cento) do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das S.A, conforme demonstrado abaixo:

(a) = lucro ajustado para determinação dos dividendos: R\$ 203.714.252,47

(b) = dividendos: R\$ 61.114.276,00

Percentual do lucro ajustado do exercício (b) / (a) = 30%

4. Montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não aplicável, tendo em vista que não foram distribuídos dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.

5. Deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados, informar:

a. Valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe:

Não aplicável, tendo em vista que o valor total já foi declarado sob a forma de dividendos apurados com base no Lucro Líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, conforme o item 2 acima.

b. Forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio:

Não aplicável, tendo em vista que o valor total já foi declarado sob a forma de dividendos apurados com base no Lucro Líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, conforme o item 2 acima.

c. Incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável, tendo em vista que o valor total já foi declarado sob a forma de dividendos apurados com base no Lucro Líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, conforme o item 2 acima.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não aplicável, tendo em vista que o valor total já foi declarado sob a forma de dividendos apurados com base no Lucro Líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, conforme o item 2 acima.

6. Declaração de juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços trimestrais:

a. Montante dos juros sobre capital próprio já declarados:

Não aplicável, uma vez que não houve declaração de juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

b. Data dos respectivos pagamentos

Não aplicável, uma vez que não houve declaração de juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

7. Tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de			
Descrição	2025	2024	2023
Lucro por ação	1,684096442	(0,009114440)	(0,218521837)

b. Dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de			
Descrição	2025	2024	2023
Dividendos por ação	0,478897072	0,1541126239	0

8. Destinação de lucros à reserva legal

a. Montante destinado à reserva legal

O montante que se propõe destinar à reserva legal é de R\$ 10.721.802,76 (dez milhões, setecentos e vinte e um mil, oitocentos e dois reais e setenta e seis centavos), valor este que corresponde a 5% do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

b. Forma de cálculo da reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social, por força do disposto no art. 193 da Lei das S.A. e no art. 25, parágrafo segundo do Estatuto Social.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2025	
Lucro líquido do exercício	R\$214.436.055,23
Reserva legal (5%)	R\$10.721.802,76
Lucro líquido do exercício ajustado	R\$203.714.252,47

9. Ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui apenas ações ordinárias.

a. Forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui apenas ações ordinárias.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui apenas ações ordinárias.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui apenas ações ordinárias.

d. Valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui apenas ações ordinárias.

e. Dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui apenas ações ordinárias.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Forma de cálculo prevista no estatuto

O artigo 25 do estatuto social da Companhia prevê que os acionistas terão direito a parcela correspondente a, no mínimo 25% (vinte e cinco) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, como dividendo obrigatório.

b. Informar se o dividendo está sendo pago integralmente

Sim. Conforme informado nos itens acima, o valor total (incluindo o valor do dividendo mínimo obrigatório) já foi declarado e será em pago duas parcelas, com base na posição acionária de 06 de abril de 2026, sendo 50% (cinquenta por cento) em 30 de abril de 2026, e 50% (cinquenta por cento) em 29 de maio de 2026, sendo cada parcela no valor de R\$ 30.557.138,00 (trinta milhões, quinhentos e cinquenta e sete mil, cento e trinta e oito reais).

c. Montante eventualmente retido

Não aplicável, uma vez que a administração da Companhia não está propondo a retenção do dividendo obrigatório.

11. Retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia:

a. Montante da retenção

Não aplicável, uma vez que a administração da Companhia não está propondo a retenção do dividendo obrigatório.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável, uma vez que a administração da Companhia não está propondo a retenção do dividendo obrigatório.

c. Justificar a retenção dos dividendos.

Não aplicável, uma vez que a administração da Companhia não está propondo a retenção do dividendo obrigatório.

12. Destinação de resultado para reserva de contingências:

a. Montante destinado à reserva.

Não aplicável, uma vez que a administração da Companhia não está propondo a destinação de resultado para a reserva de contingências.

b. Perda considerada provável e sua causa.

Não aplicável, uma vez que a administração da Companhia não está propondo a destinação de resultado para a reserva de contingências.

c. Motivo de se considerar a perda como provável.

Não aplicável, uma vez que a administração da Companhia não está propondo a destinação de resultado para a reserva de contingências.

d. Justificação da constituição da reserva.

Não aplicável, uma vez que a administração da Companhia não está propondo a destinação de resultado para a reserva de contingências.

13. Destinação de resultado para reserva de lucros a realizar:

a. Montante destinado à reserva de lucros a realizar.

Não aplicável, uma vez que a administração da Companhia não está propondo a destinação de resultado para a reserva de lucros a realizar.

b. Natureza dos lucros não realizados que deram origem à reserva

Não aplicável, uma vez que a administração da Companhia não está propondo a destinação de resultado para a reserva de lucros a realizar.

14. Destinação de resultado para reservas estatutárias:

a. Cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva.

Não aplicável, uma vez que a administração da Companhia não está propondo a destinação de resultado para a reserva estatutária.

b. Montante destinado à reserva.

Não aplicável, uma vez que a administração da Companhia não está propondo a destinação de resultado para a reserva estatutária.

c. Descrição do cálculo do montante.

Não aplicável, uma vez que a administração da Companhia não está propondo a destinação de resultado para a reserva estatutária.

15. Retenção de lucros prevista em orçamento de capital:

a. Montante da retenção.

A administração da Companhia propõe a retenção de lucros no montante de R\$142.599.976,47 (cento e quarenta e dois milhões, quinhentos e noventa e nove mil, novecentos e setenta e seis reais e quarenta e sete centavos), prevista em orçamento de capital a ser objeto de deliberação pela Assembleia.

b. Cópia do orçamento de capital.

O orçamento de capital proposto nos termos do art. 196 da Lei das S.A. consta do **Anexo II** à presente Proposta.

16. Destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais:

a. Montante destinado à reserva.

Não aplicável, uma vez que a administração da Companhia não está propondo a destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais.

b. Natureza da destinação.

Não aplicável, uma vez que a administração da Companhia não está propondo a destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais.

ANEXO IV

**INFORMAÇÕES DOS CANDIDATOS INDICADOS PELOS ACIONISTAS
CONTROLADORES E ACIONISTAS MINORITÁRIOS A MEMBROS DO CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO REQUERIDAS NOS TERMOS DO ART. 11, INCISO I, DA
RESOLUÇÃO CVM 81/2022**

*(nos termos dos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência, conforme Resolução da CVM
80/2022)*

7.3- Composição e experiência profissional do Conselho de Administração

As informações abaixo referem-se aos integrantes da chapa proposta pela administração para composição do Conselho de Administração da Companhia.

Nome JOSE JANGUIE BEZERRA DINIZ	CPF: 368.383.574-53	Passaporte:	Nacionalidade: Brasil	Profissão: Empresário	Data de Nascimento: 21/03/1964
---	----------------------------	--------------------	------------------------------	------------------------------	---------------------------------------

Experiência Profissional:

José Janguê Bezerra Diniz, empresário, é o fundador da Ser Educacional, formou-se na Faculdade de Direito e na Faculdade de Letras, concluiu o mestrado e doutorado pela Universidade Federal de Pernambuco. Iniciou sua carreira empreendedora em 1996, com a fundação do Bureau Jurídico Cursos para Concursos e fortaleceu em 2003, com a criação da Faculdade Maurício de Nassau em Recife. É Presidente da Associação Brasileira das Faculdades Isoladas e Integradas (ABRAFI), Vice-Presidente da Associação Brasileira das Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) e autor de diversos livros nas áreas de Direito e Educação. Atuou como Juiz no Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, sendo que até agosto de 2013 atuou como Procurador do Trabalho do Ministério Público da União, tendo formalizado seu pedido de exoneração em 21 de agosto de 2013. José Janguê Bezerra Diniz é o acionista controlador da Companhia. Não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2025	1 ano	Presidente do Conselho de Administração		28/04/2025	Sim	12/08/2013

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

Nome FLAVIO CESAR MAIA LUZ **CPF:** 636.622.138-34 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 27/07/1951

Experiência Profissional:

O Sr. Luz foi presidente do Conselho Fiscal da Ultrapar de 2005 a 2019 e coordenador do Comitê de Auditoria e Riscos de 2019 a 2021, reassumindo a presidência do Conselho Fiscal no mandato 2021 a 2022. Adicionalmente é membro do Conselho de Administração e coordenador do Comitê de Auditoria da Ser Educacional S.A. e da Livetech Indústria e Comércio S.A. É também membro do Comitê de Auditoria da Omega Energia S.A. e da CTC- Centro de Tecnologia Canavieira e membro do Conselho Consultivo da Brasanitas Empresa Brasileira de Saneamento Ltda, além de sócio-diretor da Doing Business Consultoria Empresarial Ltda. Nos últimos cinco anos o Sr. Luz atuou como membro do Conselho de Administração da Marcopolo S.A., da Soares Penido Obras Construções e Investimentos S.A. e da Zen Indústria Metalúrgica S.A. além de membro do Conselho Fiscal da Itaúsa S.A. Duratex S.A. Linx S.A e CTEEP S.A. Conselhos Fiscais da Itaúsa S.A e CTEEP S.A. O Sr. Luz formou-se em engenharia civil na Escola Politécnica da USP (Universidade de São Paulo) e fez pós-graduação em administração de empresas na FGV (Fundação Getúlio Vargas). Adicionalmente, cursou programas de educação continuada em finanças, estratégia mercadológica, negociação e fusões & aquisições nas instituições Harvard Business School, Stanford University, California University (Berkeley) e Wharton Business School, respectivamente. Declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2025	1 ano	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		28/04/2025	Sim	12/08/2013

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

Nome FRANCISCO MUNIZ BARRETO **CPF:** 223.485.458-02 **Passaporte:** RNE nº V290026-0 CIMCRE/CGPMAF **Nacionalidade:** Argentina **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 09/09/1970

Experiência Profissional:

Tem mais de 15 anos de experiência em Private Equity e Banco de Investimento. Formou-se em Economia na Universidade de Belgrano (Argentina)/ UNC Chapel Hill (USA) e possui o título de Master em Finanças da London Business School. Desde 2006, é o Managing Director do escritório de São Paulo da Cartesian Capital Group LLC, responsável pela prospecção e monitoramento de investimentos em empresas focado principalmente na América Latina. O Cartesian Capital Group LLC é um fundo de private equity baseado em Nova Iorque, USA, que gerencia mais de US\$ 2 bilhões. De 1998 a 2001, foi Diretor do fundo de investimentos AIG Capital Partners do Brasil. Não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2025	1 ano	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		28/04/2025	Sim	12/08/2013

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

Nome HERBERT STEINBERG **CPF:** 791.851.778-49 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 30/07/1955

Experiência Profissional:

Tem experiência de mais de 20 anos atuando como executivo para grandes corporações e há 13 anos como empresário e consultor. Nas empresas em que trabalhou, liderou vários processos de reposicionamento estratégico de diferentes organizações, e processos de alinhamento do management à estratégia de negócios. Nos últimos cinco anos, trabalhou como conselheiro independente do Grupo Famastil / Taurus, AMCHAM / Brasil, Care Brasil, Halexistat Indústrias Farmacêuticas. Destacam-se os trabalhos que realizou no Conselho do Banco Santander, através do processo de privatização do Banespa, do turnaround do Banco Crefisul, e compra realizada pelo Deutsche Bank no controle do Bradesco. Há 14 anos fundou sua própria empresa, a MESA Corporate Governance, consultoria com foco nas melhores práticas de Governança Corporativa, e atualmente é conselheiro independente da Ser Educacional S.A. Não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2025	1 ano	Vice Presidente Cons de Administração Independente		28/04/2025	Sim	12/08/2013

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

Nome IARA DE MORAES XAVIER BRAGA **CPF:** 399.914.827-68 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Enfermeira **Data de Nascimento:** 02/06/1954

Experiência Profissional:

Doutora em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Professora em cursos de graduação, mestrado e doutorado. Professora aposentada da Universidade Federal de Brasília (UnB). Tem experiência em educação superior há 35 anos como professora, pesquisadora e gestora nos setores público e privado. Atua também como consultora há 12 anos e como empresária há dois anos. Nas Instituições federais que trabalhou (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais vinculado ao Ministério da Educação e Universidade Federal de Brasília), assumiu cargos de destaque como Pró-Reitora de Graduação, Vice-Reitora, Coordenadora Nacional de Avaliação e outros, assim como coordenou projetos e programas nacionais e internacionais relacionados à educação superior, com destaque para o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei 10.861 em abril de 2004, que contempla avaliação de cursos, avaliação institucional e avaliação do desempenho do estudante (ENADE). Há dois anos fundou sua própria empresa de consultoria educacional e atua, ainda, como assessora da Presidência da ABMES, conselheira no Conselho de Administração da ABMES e Diretora Técnica da ABRAFI. Não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2025	1 ano	Conselho de Administração (Efetivo)		28/04/2025	Sim	28/04/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

7.4 - Composição dos comitês

As informações abaixo contemplam os cargos atualmente ocupados pelos candidatos aos cargos do Conselho de Administração da Companhia com relação aos comitês de assessoramento da Companhia.

Nome: FLÁVIO CÉSAR MAIA LUZ **CPF:** 636.622.138-34 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 27/07/1951

Experiência Profissional:

O Sr. Luz foi presidente do Conselho Fiscal da Ultrapar de 2005 a 2019 e coordenador do Comitê de Auditoria e Riscos de 2019 a 2021, reassumindo a presidência do Conselho Fiscal no mandato 2021 a 2022. Adicionalmente é membro do Conselho de Administração e coordenador do Comitê de Auditoria da Ser Educacional S.A. e da Livetech Indústria e Comércio S.A. É também membro do Comitê de Auditoria da Omega Energia S.A. e da CTC- Centro de Tecnologia Canavieira e membro do Conselho Consultivo da Brasanitas Empresa Brasileira de Saneamento Ltda, além de sócio-diretor da Doing Business Consultoria Empresarial Ltda. Nos últimos cinco anos o Sr. Luz atuou como membro do Conselho de Administração da Marcopolo S.A., da Soares Penido Obras Construções e Investimentos S.A. e da Zen Indústria Metalúrgica S.A. além de membro do Conselho Fiscal da Itaúsa S.A. Duratex S.A. Linx S.A e CTEEP S.A. Conselhos Fiscais da Itaúsa S.A e CTEEP S.A. O Sr. Luz formou-se em engenharia civil na Escola Politécnica da USP (Universidade de São Paulo) e fez pós-graduação em administração de empresas na FGV (Fundação Getúlio Vargas). Adicionalmente, cursou programas de educação continuada em finanças, estratégia mercadológica, negociação e fusões & aquisições nas instituições Harvard Business School, Stanford University, California University (Berkeley) e Wharton Business School, respectivamente. Declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria não Estatuário	Membro do Comitê (Efetivo)	27/05/2024	1 ano			27/05/2024	Sim	29/04/2021
Comitê Financeiro		Presidente do Comitê	27/05/2024	1 ano			27/05/2024	Sim	12/08/2013

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

Nome: FRANCISCO MUNIZ BARRETO **CPF:** 223.485.458-02 **Passaporte:** RNE nº V290026-0 CIMCRE/CGPMAF **Nacionalidade:** Argentina **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 09/09/1970

Experiência Profissional: Tem mais de 15 anos de experiência em Private Equity e Banco de Investimento. Formou-se em Economia na Universidade de Belgrano (Argentina)/ UNC Chapel Hill (USA) e possui o título de Master em Finanças da London Business School. Desde 2006, é o Managing Director do escritório de São Paulo da Cartesian Capital Group LLC, responsável pela prospecção e monitoramento de investimentos em empresas focado principalmente na América Latina. O Cartesian Capital Group LLC é um fundo de private equity baseado em Nova Iorque, USA, que gerencia mais de US\$ 2 bilhões. De 1998 a 2001, foi Diretor do fundo de investimentos AIG Capital Partners do Brasil. Não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

Comitês:

Tipo comitê outros comitês	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria não Estatuário	Membro do Comitê (Efetivo)	27/05/2024	1 ano			27/05/2024	Sim	29/04/2021
Comitê Financeiro		Vice Presidente do Comitê	27/05/2024	1 ano			27/05/2024	Sim	12/08/2013

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

Nome: HERBERT STEINBERG **CPF:** 791.851.778-49 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 30/07/1955

Experiência Profissional: Tem experiência de mais de 20 anos atuando como executivo para grandes corporações e há 13 anos como empresário e consultor. Nas empresas em que trabalhou, liderou vários processos de reposicionamento estratégico de diferentes organizações, e processos de alinhamento do management à estratégia de negócios. Nos últimos cinco anos, trabalhou como conselheiro independente do Grupo Famastil / Taurus, AMCHAM / Brasil, Care Brasil, Halexistar Indústrias Farmacêuticas. Destacam-se os trabalhos que realizou no Conselho do Banco Santander, através do processo de privatização do Banespa, do turnaround do Banco Crefisul, e compra realizada pelo Deutsche Bank no controle do Bradesco. Há 14 anos fundou sua própria empresa, a MESA Corporate Governance, consultoria com foco nas melhores práticas de Governança Corporativa, e atualmente é conselheiro independente da Ser Educacional S.A. Não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Gente, Gestão e Governança		Presidente do Comitê	27/05/2024	1 ano			27/05/2024	Sim	12/08/2013

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

7.5 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

As informações abaixo contemplam existência relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: (a) (i) os candidatos ao Conselho de Administração da Companhia; e (ii) os atuais administradores da Companhia; (b) (i) os candidatos ao Conselho de Administração da Companhia; e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia; (c) (i) os candidatos ao Conselho de Administração da Companhia; e (ii) controladores diretos ou indiretos da Companhia; e (d) (i) os candidatos ao Conselho de Administração da Companhia; e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				

Administrador do emissor ou controlada

Jânio Janguê Bezerra Diniz	567.918.444-34	Ser Educacional S.A.	04.986.320/0001-13	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
----------------------------	----------------	----------------------	--------------------	---

Membro efetivo do Conselho de Administração e Diretor Presidente.

Pessoa relacionada

José Janguê Bezerra Diniz	368.383.574-53	Ser Educacional S.A.	04.986.320/0001-13
---------------------------	----------------	----------------------	--------------------

Presidente do Conselho de Administração e Controlador

Observação

Juntos, detêm, direta e indiretamente, em 31 de dezembro de 2025, 59,42% do capital votante da Ser Educacional S.A.

7.6 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Não houve, tendo em vista que não existem relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre os candidatos ao Conselho de Administração e controladas, controladores e outros.

ANEXO V

**INFORMAÇÕES DOS CANDIDATOS INDICADOS PELOS ACIONISTAS
CONTROLADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL REQUERIDAS NOS
TERMOS DO ART. 11 DA RESOLUÇÃO CVM 81/2022**

*(nos termos dos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência, conforme Resolução CVM
80/2022)*

7.3 - Composição e experiência profissional do conselho fiscal

As informações abaixo referem-se aos candidatos a membros do Conselho Fiscal da Companhia.

Nome FERNANDO EDUARDO RAMOS DOS SANTOS **CPF:** 875.785.901-97 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 11/10/1980

Experiência Profissional: Fernando Eduardo Ramos dos Santos, nascido em 11 de outubro de 1980, é Bacharel em Ciências Contábeis pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás desde 2003 e Pós Graduado em Gestão Empresarial pela FGV – Fundação Getúlio Vargas desde 2006. Fernando é atualmente sócio da BDO Auditores Independentes onde atua por mais de 15 anos. Fernando é Auditor registrado no Cadastro Nacional de Auditores Independentes - CNAI, ao Banco Central do Brasil (BACEN) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Também é Membro do Comitê Técnico da BDO, Membro do Instituto dos Auditores independentes – IBRACON, Membro do GT 6 – Grupo Técnico do Ibracon do Segmento de Energia Elétrica. Não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	28/04/2025	1 ano	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador		28/04/2025	Sim	20/04/2016

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

Nome JOSE ECIO PEREIRA DA COSTA JR. **CPF:** 359.920.858-15 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador e Contabilista **Data de Nascimento:** 11/09/1951

Experiência Profissional:

Bacharel em Administração de Empresas pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas e em Ciências Contábeis pela Faculdade São Judas Tadeu, ingressou na carreira de auditoria em 1974 na Arthur Andersen & Co e foi promovido a Sócio Internacional em 1986 e posteriormente, em Junho de 2002, tornou-se sócio da Deloitte Touche Tohmatsu no Brasil, permanecendo até Maio de 2007, quando se aposentou. Desde Outubro de 1993 até Maio de 2004 foi o sócio gerente responsável pelo escritório de Curitiba destas empresas de auditoria e consultoria. É sócio fundador da JEPereira Consultoria em Gestão de Negócios S/S, em janeiro de 2008, atuando com ênfase nas consultorias relativas a gestão estratégica, consultoria no preparo de empresas e seus acionistas para atuarem junto ao Novo Mercado de Capitais, além de atuação como conselheiro em Comitês de Auditoria junto aos Conselhos de Cias Abertas. Foi membro do Conselho de Administração da GAFISA S.A. de Junho de 2008 a Abril de 2018 (empresa incorporadora registrada na SEC, CVM – Novo Mercado) e Coordenador do Comitê de Auditoria, de Junho de 2008 a Abril de 2016, passando a ser membro deste Comitê desde então até Abril de 2018. Atuou também como membro do Comitê de Auditoria Estatutário da FIBRIA S.A, desde Abril de 2013 a Março de 2018, Presidente do Conselho Fiscal de Dezembro de 2009 a Março de 2013, Coordenador do Comitê de Auditoria da VOTORANTIM INDUSTRIAL S.A – VID de Junho de 2012 a Junho de 2014 e Coordenador do Comitê de Auditoria da VOTORANTIM CIMENTOS S.A de Outubro de 2013 a Abril de 2023. Sr. Pereira também foi membro do Conselho de Administração da Ouro Verde Locação e Serviço S.A, no período entre Outubro de 2018 e Junho de 2019, da BRMALLS S.A. de Abril de 2010 a Abril de 2014, como Coordenador dos Comitês de Auditoria da VOTORANTIM METAIS S.A (atualmente NEXA S.A) de Junho de 2014 a Dezembro de 2017, da VE VOTORANTIM ENERGIA S.A de Junho de 2017 a Fevereiro de 2022, Membro do Comitê de Auditoria da CESP S.A desde Abril de 2019 a Abril de 2021 e como membro do Conselho de Administração do Grupo NOSTER de Janeiro de 2011 a Setembro de 2013, reeleito em Junho de 2022. Sr. Pereira é atualmente Coordenador dos Comitês de Auditoria da CBA COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMINIO (empresa registrada em Julho de 2021 na CVM – Novo Mercado) desde Junho de 2017 e da CITROSUCO S.A desde Dezembro de 2014, Membro do Comitê de Auditoria da MOBLY S.A desde Março de 2021, Membro do Comitê de Conformidade e Auditoria da BRASKEM S.A desde Novembro de 2021 e é membro do Conselho de Administração da Princecampos Participações S.A. (empresa de capital fechado na área de transporte público e transporte de encomendas) eleito em Abril de 2010 e como Presidente do Conselho Fiscal na Demercado Investimentos S.A. (empresa de capital fechado na área de empreendimentos imobiliários para logística) eleito em Novembro de 2020. Declara que (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil e/ou da Superintendência de Seguros Privados e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	28/04/2025	1 ano	C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas		28/04/2025	Não	28/04/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

Nome NAZARENO HABIB
OUVIDOR BICHARA **CPF:** 338.982.002-72 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Contabilista **Data de Nascimento:** 03/06/1972

Experiência Profissional:

Formado em Economia e em Contabilidade pela Unama – Universidade da Amazônia possui ainda mestrado em Contabilidade e Controladoria pela Universidade de São Paulo (USP), e MBA em Auditoria pela Fundação Getulio Vargas. Atualmente, CEO da Leal Moreira, no período de 2009 a 2015, atuou como Diretor Financeiro da Ser Educacional, sendo que no período de 2012 a 2015 ocupou também o cargo de Pró – Reitor de Administração e Finanças da Uninassau – Centro Universitário Maurício de Nassau. Assumiu em 2013, o cargo de Vice-Presidente para Entidades Privadas do Instituto Brasileiro de Executivos em Finanças (IBEF Pernambuco). De 1993 a 1998 foi auditor na Ernst Young. Atuou ainda de 1999 a 2002 como auditor interno da Albras Alumínio Brasileiro S.A., empresa do setor de alumínio. Adicionalmente, foi diretor executivo do Multibank de 2004 a 2006 e diretor executivo também do Diários Associados do Rio Grande do Norte e Paraíba de 2006 a 2008. Não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	28/04/2025	1 Ano	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador		28/04/2025	Sim	25/04/2017

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

Nome ANTONIO CARLOS MOREIRA VENTURA **CPF:** 070.264.204-53 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 04/12/1954

Experiência Profissional:

Antônio Carlos Ventura é formado em Ciências Econômicas e Ciências Contábeis, ambas pela Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP – e MBA em Gestão Empresarial pela FGV – Fundação Getúlio Vargas. É sócio-diretor da ACV Consultores em Negócios Ltda e da Ventura & Figueiredo Expertises em Soluções Empresariais Ltda, atuando como consultor no assessoramento, orientação e consultoria empresarial nas áreas de planejamento e gestão financeira, planejamento estratégico, construção de modelos de gestão e governança empresarial. É Membro do Conselho de Administração da Saraiva Equipamentos Ltda e professor de finanças do BAEX – Brasil Executive Education. Atuou também como Diretor Administrativo Financeiro, Diretor de Controladoria e Diretor Executivo, por mais de trinta e cinco anos em empresas e negócios nos mais variados segmentos econômicos, tais como: grupo Fernandes Vieira, Refrescos Guararapes Ltda. (Coca-Cola Recife) e Grupo Bunge. Não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	28/04/2025	1 ano	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador		28/04/2025	Sim	30/04/2019

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

Nome NELSON LUIZ PAULA DE OLIVEIRA **CPF:** 232.298.109-53 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Advogado **Data de Nascimento:** 13/07/1953

Experiência Profissional:

Formado em Administração de Empresas pela FAE Business School, o Sr. Oliveira possui certificação (CCI) para atuar como Conselheiro de Administração pelo IBGC- Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, é Master em Governança pela Gonew.Co, com certificação como Conselheiro de Inovação e Conselheiro Social pela Gonew.Co e Especialização em Governança Familiar. O Sr. Oliveira possui ampla experiência financeira tendo atuado em sua carreira executivo nas seguintes instituições financeiras: Banco Crefisul de Investimentos S/A, Banco Noroeste S/A, Banco Crefisul de Investimentos S.A., Banco Sudameris Brasil S.A, Banco Credibanco S.A., Multiplic Banco de Investimento S.A e Banco Triângulo S/A. O Sr. Oliveira foi presidente do Conselho Consultivo da Fumacense Alimentos entre 09/2019-09/2020, Conselheiro de Administração da Compagas-Paraná entre 06/2019-06/2021, do Grupo Noster entre 04/2014-07/2016. Atualmente, é sócio da CGN Consultores, Brickinvest Consultoria de Investimentos e atua como Conselheiro Fiscal na FTD Editora (Grupo Marista) Demercado e é membro do Comitê de Auditoria da Copel GeT, Presidente do Conselho Consultivo do Banco Senff S/A e da One Global Shipping e é o Presidente do Conselho de Administração do Grupo Ezos. Declara que (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil e/ou da Superintendência de Seguros Privados e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	28/04/2025	1 ano	C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas		28/04/2025	Não	28/04/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

Nome FRANCISCO DE ASSIS GOMES SILVA **CPF:** 066.760.494-49 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 30/12/1952

Experiência Profissional:

Graduado em Ciências Contábeis pela Unianhanguera/GO em Abril/1998, especialista em Direito Tributário pela Universidade Católica de Goiás, com mestrado em Gestão e Produção Agroindustrial pela Uniderp/MS em Setembro/2008, e MBA em Capital Markets pela Indiana State University em Agosto/2013, Private Wealth Management pela Wharton School-University of Pennsylvania em Outubro/2014 e Business Management pela Yale School of Management em Junho/2011. Foi sócio da Divisão Tributária da Arthur Andersen, LLC de Chicago/EUA de Jan/1991 a Dez/1993, da EY/Brasil no período Dez/2006 a Mar/2009 e foi analista de mercados emergentes do Salomon Brothers Inc em Miami/EUA no período Jan/1994 a Jun/1995. Atualmente, é diretor executivo da Gennesys Consulting/Brasil, BRZ Capital/EUA e Miami Family Office & School/EUA. Não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	28/04/2025	1 Ano	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador		28/04/2025	Sim	20/04/2016

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, bem como condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional.

7.4 - Composição dos comitês

Não aplicável, tendo em vista que nenhum dos candidatos ao Conselho Fiscal ocupa atualmente cargos em comitês de assessoramento da Companhia.

7.5 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Não aplicável.

7.6 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Não aplicável.

ANEXO VI

INFORMAÇÕES REQUERIDAS NO ART. 13 DA RESOLUÇÃO CVM Nº 81/2022

(nos termos do item 8 do Formulário de Referência, conforme Resolução CVM 80/2022)

8.1 – Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:

O Comitê de Gente, Gestão e Governança Corporativa é o órgão responsável pela avaliação dos administradores da Companhia, bem como pela definição da remuneração devida a cada um deles, nos termos da política de remuneração da Companhia ("Política de Remuneração"). O Comitê de Gente, Gestão e Governança Corporativa é formado atualmente por 2 (dois) membros do Conselho de Administração, sendo um membro independente do Conselho. As reuniões têm periodicidade trimestral, com foco nas questões estratégicas de recursos humanos.

Os parâmetros utilizados para a definição da remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária e Não Estatutária, são baseados nas práticas de mercado, na consistência interna da Companhia e tem como objetivos e premissas:

- Atrair, reter e motivar os administradores, fornecendo as condições necessárias para o desenvolvimento e a concretização das nossas estratégias de negócios;
- Alinhar os interesses dos administradores, dos acionistas e os nossos para a criação de valor para a Ser Educacional de forma sustentável;
- Motivar e recompensar o desempenho individual dos administradores, tendo em vista o alcance de nossas metas financeiras e estratégicas;
- Refletir a cultura e os nossos valores: ética, solidez, respeito, empreendedorismo e união;
- Fornecer aos nossos administradores níveis de remuneração competitivos em relação aos praticados pelo mercado, bem como manter a consistência de remuneração e os nossos resultados.
- Prover um adequado equilíbrio entre as remunerações fixa e variável, de curto e longo prazo, conforme a nossa cultura; e
- Permitir a comunicação entre nós, nossos administradores e empregados quanto ao entendimento e aplicação da política de remuneração.

Não obstante, a remuneração dos membros independentes do Conselho de Administração é acordada entre a Companhia e o conselheiro, observado que anualmente o valor fixo da remuneração é reajustado de acordo com os padrões internos da Companhia e as práticas de mercado. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é calculada de acordo com o Artigo 162, parágrafo 3º da Lei das S.A., o qual define que a remuneração seja calculada com base na média da remuneração da Diretoria Estatutária, excluídos os benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

A Companhia possui uma Política de Remuneração, que foi devidamente aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 24 de outubro de 2018. A Política de Remuneração está disponível para consulta na sede da Companhia, no seu website (<http://ri.sereducacional.com/>), bem como no website da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br).

b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam:

Participam do processo decisório o Comitê de Gente, Gestão e Governança, conforme acima exposto, que se reúne e discute os temas relacionados e faz recomendações para subsidiar a recomendação do Conselho de Administração para a Assembleia Geral Ordinária, responsável por aprovar a remuneração global anual dos administradores.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos:

A Companhia baseia-se em pesquisas de mercado realizadas pelo seu departamento de recursos humanos, nas opções que encontra em cada mercado em que atua, bem como na experiência de seus membros.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor:

A Política de Remuneração é avaliada periodicamente pelo Comitê de Gente, Gestão e Governança Corporativa com o objetivo de identificar discrepâncias significativas na Política de Remuneração da Companhia e demais companhias comparáveis do mercado, sendo o responsável por propor alterações e atualizações da política ao Conselho de Administração da Companhia.

O Conselho de Administração, por sua vez, avalia de forma recorrente o desempenho de seus executivos e ao menos uma vez ao ano realiza uma avaliação do desempenho de seus colaboradores para fins de decisão da remuneração variável. Ademais, com o assessoramento do Comitê de Gente, Gestão e Governança Corporativa da Companhia, o Conselho de Administração realiza revisões à Política de Remuneração.

c. composição da remuneração:

(i) descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

- **seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor:**

A estratégia de remuneração da Companhia tem como objetivos a atração, retenção e motivação de profissionais qualificados para a criação e implantação das estratégias de negócios aprovadas pelos acionistas, que resultem na criação de valores sustentáveis para a Companhia.

A mecânica do plano de remuneração variável anual, aplicável aos membros da Diretoria Estatutária e Não Estatutária, atrela as premiações a métricas financeiras de crescimento, resultados e valor, de curto e médio prazo.

Dessa forma, a política de remuneração descrita neste item 8.1 do Formulário de Referência tem por objetivo incentivar os colaboradores a buscar a melhor rentabilidade dos investimentos e projetos desenvolvidos por nós, alinhando interesses dos colaboradores com os da Companhia.

No curto prazo, a Companhia busca o alinhamento de interesses por meio de salários e pacote de benefícios compatíveis com os níveis de mercado.

No médio prazo, por meio do pagamento de bônus e participação nos resultados a determinados colaboradores, buscando premiar o alcance e a superação de metas individuais com as metas da Companhia, alinhadas ao orçamento, planejamento estratégico e de mercado.

Finalmente, no longo prazo, a Companhia busca reter profissionais qualificados por meio de plano baseado na concessão de uma premiação financeira atrelada a valorização da Companhia no longo prazo, por meio da valorização da cotação de ações de emissão da Companhia.

Destaca-se que, embora aprovado, ainda não houve outorga de opção de compra de ações aos beneficiários do plano.

Conselho de Administração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é composta apenas por parcelas fixas, incluindo um salário fixo mensal, sendo que o valor global é fixado anualmente pela Assembleia Geral Ordinária, com base na recomendação do Conselho de Administração, tomando por base sua correção monetária por índice de inflação.

De acordo com as práticas adotadas pela Companhia, a remuneração dos membros do Conselho de Administração é fixada com base em pesquisas de mercado com as principais empresas do segmento, definindo-se assim a remuneração que será praticada, a qual deverá ser validada pelo Comitê de Gente, Gestão e Governança Corporativa.

Diretoria Estatutária e Não Estatutária

A remuneração dos membros da Diretoria Estatutária e Não Estatutária da Companhia é composta por:

- uma parcela fixa, a qual inclui um salário fixo mensal, sendo que o valor global é definido anualmente pela Assembleia Geral Ordinária com base na recomendação do Conselho de Administração; e
- uma parcela variável, a qual inclui a participação nos resultados da Companhia.

A composição da remuneração dos Diretores (estatutários e não estatutários) é definida por meio de pesquisa de mercado com as principais empresas do segmento onde são estabelecidos critérios de medição de acordo com a representatividade do cargo na Companhia. As macropolíticas são aprovadas pelo Comitê de Gente, Gestão e Governança Corporativa.

Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, quando instalado, será composta somente por uma parcela fixa equivalente ao mínimo legal exigido, conforme os termos da Lei das Sociedades por Ações. Assim, conforme acima mencionado, a remuneração dos membros do Conselho Fiscal será equivalente a 10% (dez por cento) da remuneração que em média for atribuída a cada Diretor, sem considerar os benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral Ordinária que os eleger, observado ainda que tais membros também serão reembolsados de todas as despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho da função.

Comitês

Os participantes dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, como Comitê de Auditoria e Finanças, e Comitê de Governança e Remuneração, poderão ser remunerados por sua participação nesses comitês, em até 30% da remuneração fixada para os membros do Conselho de Administração.

- **qual a proporção de cada elemento na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais:**

Conselho de Administração

Para os 3 últimos exercício sociais, a remuneração dos membros do Conselho de Administração foi composta somente por parcelas fixas (100%), sendo que o valor global é definido anualmente pela Assembleia Geral Ordinária, com base na recomendação do Conselho de Administração.

Diretoria Estatutária

No que tange à Diretoria Estatutária, em 2023, 2024 e 2025, a remuneração foi composta de uma parcela fixa mensal, representando 58%, 57% e 32% da remuneração total, e por uma parcela variável, que representou 42%, 43% e 68% da remuneração total.

Diretoria Não Estatutária

No que tange à Diretoria Não Estatutária, em 2023, 2024 e 2025, a remuneração foi composta de uma parcela fixa mensal, representando 58%, 57% e 32% da remuneração total, e por uma parcela variável, que representou 42%, 43% e 68%, da remuneração total.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal, quando instalado, possui apenas um componente fixo em sua remuneração.

Comitês

Os membros dos Comitês poderão ser remunerados por suas participações nestes apenas em parcelas fixas, correspondentes a, no máximo, 30% da remuneração estabelecida para os membros do Conselho de Administração da Companhia. Para os 3 últimos exercícios sociais, a remuneração dos membros dos Comitês foi composta 100% por remuneração fixa.

- **metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração:**

Remuneração Fixa

A remuneração fixa dos órgãos da administração da Companhia é calculada e ajustada considerando os seguintes parâmetros:

- Avaliação dos cargos e respectivas responsabilidades, considerando a estratégia e consistência da prática de remuneração por nós adotada, bem como de posicionamento para remuneração;
- Valor do cargo internamente, ou seja, perante cargos de outras áreas (equidade interna);
- Desempenho individual conforme sistema de avaliação adotado;
- Experiência e maturidade do executivo na função ocupada; e
- Outros fatores eventuais, como executivos de alto potencial para sucessão, riscos de retenção, habilidades e competências específicas escassas no mercado.

Remuneração Variável

O Programa de Remuneração Variável da Companhia, formado pela participação nos resultados, bem como com por qualquer outro plano que possa vir a ser implementado pela Companhia, é destinado aos Diretores Estatutários, Diretores Não Estatutários, gerentes e coordenadores, utilizando como referência de metas o desempenho financeiro e operacional da Companhia. O pagamento do Programa de Remuneração Variável é efetuado após a divulgação auditada e oficial dos resultados da Companhia.

- **principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração inclusive indicadores ligados a questões ASG:**

Os membros do Conselho de Administração são elegíveis somente à remuneração fixa, conforme prática de mercado, não estando sujeitos aos indicadores de desempenho. O racional para este modelo é:

- Os membros do Conselho de Administração necessitam de total independência para analisar as propostas da Diretoria. Evitam-se, assim, sistemas de remuneração que possam gerar situações de conflito de interesses; e
- Os membros do Conselho de Administração são profissionais de vasta experiência e reputação reconhecida no mercado, com histórico de sucesso profissional.

No caso dos Diretores Estatutários e Não Estatutários:

- A remuneração fixa é ajustada anualmente com base nas práticas de remuneração já adotadas, nos resultados da Companhia e no desempenho individual, este último referenciado em metas específicas;
- A remuneração variável anual depende de indicadores financeiros e estratégicos, definidos a cada ano pelo Conselho de Administração, conforme o plano de negócios da Companhia. Para os exercícios de 2023, 2024 e 2025, foram considerados os indicadores corporativos, tais como EBITDA, captação de novos alunos, retenção de alunos e qualidade acadêmica, além de outros indicadores específicos de qualidade e individuais.

Os membros do Conselho Fiscal, quando instalado, também recebem apenas remuneração fixa, portanto sem efeitos de indicadores de desempenho, incompatíveis com as funções daquele órgão.

Os membros dos Comitês recebem uma remuneração equivalente à até 30% da remuneração fixada para um membro do Conselho de Administração.

Os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e dos Comitês são elegíveis somente à remuneração fixa, portanto sem efeitos de indicadores de desempenho.

ii. razões que justificam a composição da remuneração:

De forma geral, a composição da remuneração visa a permanência dos executivos, bem como o alinhamento dos interesses de tais executivos com os objetivos de curto prazo e com os resultados de longo prazo da Companhia.

Remuneração do Conselho de Administração

No que tange à remuneração dos membros do Conselho de Administração, os objetivos principais são atrair Conselheiros com reputação e perfis adequados, concedendo-lhes as condições necessárias para o desempenho de suas funções.

Remuneração da Diretoria Estatutária e Não Estatutária

A composição da remuneração da Diretoria Estatutária e Não Estatutária, tanto nos elementos que a compõe quanto no peso de cada um, reflete:

- A competitividade com a prática do mercado composto por empresas do setor de atuação da Companhia, além da prática de remuneração já adotada pela Companhia, que permita atrair e reter os executivos com as qualificações requeridas;
- A possibilidade de se associar uma parcela significativa da remuneração total aos resultados da Companhia;

- A busca de um equilíbrio entre as diferentes parcelas da remuneração, que incentive a geração de resultados de curto, médio e longo prazo, dentro de níveis de riscos moderados; e
- A possibilidade de se balancear a remuneração variável de curto e longo prazo, visando à geração de resultados anuais sustentáveis e que resultem na criação de valor para os acionistas.

Remuneração do Conselho Fiscal

No que tange à remuneração dos membros do Conselho Fiscal, quando instalado, tal remuneração terá como objetivo principal atrair Conselheiros com reputação e perfis adequados, concedendo-lhes as condições necessárias para o desempenho de suas funções, observados os limites fixados pela legislação em vigor. Um conselheiro fiscal poderá receber uma remuneração equivalente a até 30% da remuneração fixada para um membro do Conselho de Administração.

Remuneração dos Comitês

Os membros dos Comitês recebem remuneração por participarem de tais Comitês. Um membro de comitê pode receber uma remuneração equivalente a até 30% da remuneração fixada para um membro do Conselho de Administração.

iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato:

Não há membros da administração não remunerados.

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

Não há.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor:

Não foi estabelecido no contrato dos administradores remuneração ou benefício associado a eventos societários.

8.2 - Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração total Prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2026 - Valores Anuais				
Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,00	5,00	3,00	13,00
Nº de membros Remunerados	5,00	5,00	3,00	13,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	5.305.543,52	5.963.849,35	396.000,00	11.665.392,87
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
Participações em comitês	184.800,00	92.400,00	-	277.200,00
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração Variável				
Bônus	-	6.013.813,00	-	6.013.813,00
Participação em resultados	-	-	-	-
Participações em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações	-	-	-	-
Observação	Número de membros: o número de membros correspondente a média anual dos administradores e foi apurado mensalmente de acordo com a regulamentação em vigor.	Número de membros: o número de membros correspondente a média anual dos administradores e foi apurado mensalmente de acordo com a regulamentação em vigor.	Número de membros: o número de membros correspondente a média anual dos administradores e foi apurado mensalmente de acordo com a regulamentação em vigor.	
Total da remuneração	5.490.343,52	12.070.062,35	396.000,00	17.956.405,87

Remuneração total para o Exercício Social corrente 31/12/2025 - Valores Anuais				
Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,00	5,00	3,00	13,00
Nº de membros Remunerados	5,00	5,00	3,00	13,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.823.221,38	5.421.681,23	360.000,00	10.604.902,61
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
Participações em comitês	168.000,00	84.000,00	-	252.000,00
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração Variável				
Bônus	-	5.229.402,61	-	5.229.402,61
Participação em resultados	-	-	-	-
Participações em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações	-	6.479.022,00	-	6.479.022,00
Observação	Número de membros: o número de membros correspondente a média anual dos administradores e foi apurado mensalmente de acordo com a regulamentação em vigor.	Número de membros: o número de membros correspondente a média anual dos administradores e foi apurado mensalmente de acordo com a regulamentação em vigor.	Número de membros: o número de membros correspondente a média anual dos administradores e foi apurado mensalmente de acordo com a regulamentação em vigor.	
Total da remuneração	4.991.221,38	17.214.105,84	360.000,00	22.565.327,22

Remuneração total para o Exercício Social corrente 31/12/2024 - Valores Anuais				
Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,33	5,00	3,00	13,33
Nº de membros Remunerados	5,33	5,00	3,00	13,33
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.806.240,00	5.526.040,96	360.000,00	9.692.280,96
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
Participações em comitês	180.000,00	84.000,00	-	264.000,00
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração Variável				
Bônus	-	4.157.358,07	-	4.157.358,07
Participação em resultados	-	-	-	-
Participações em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações	-	-	-	-
Observação	Número de membros: o número de membros correspondente a média anual dos administradores e foi apurado mensalmente de acordo com a regulamentação em vigor.	Número de membros: o número de membros correspondente a média anual dos administradores e foi apurado mensalmente de acordo com a regulamentação em vigor.	Número de membros: o número de membros correspondente a média anual dos administradores e foi apurado mensalmente de acordo com a regulamentação em vigor.	
Total da remuneração	3.986.240,00	9.767.399,03	360.000,00	14.113.639,03

Remuneração total para o Exercício Social corrente 31/12/2023 - Valores Anuais				
Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6,00	5,00	3,00	14,00
Nº de membros Remunerados	6,00	5,00	3,00	14,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.981.240,00	5.265.009,80	360.000,00	9.606.249,80
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
Participações em comitês	192.000,00	84.666,66	-	276.666,66
Outros	-	18.000,00	-	18.000,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração Variável				
Bônus	-	3.826.998,00	-	3.826.998,00
Participação em resultados				-
Participações em reuniões				-
Comissões				-
Outros				-
Descrição de outras remunerações fixas				
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações	-	-	-	-
Observação	Número de membros: o número de membros correspondente a média anual dos administradores e foi apurado mensalmente de acordo com a regulamentação em vigor.	Número de membros: o número de membros correspondente a média anual dos administradores e foi apurado mensalmente de acordo com a regulamentação em vigor.	Número de membros: o número de membros correspondente a média anual dos administradores e foi apurado mensalmente de acordo com a regulamentação em vigor.	
Total da remuneração	4.173.240,00	9.194.674,46	360.000,00	13.727.914,46

8.3 Remuneração Variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Remuneração variável - Exercício Social previsto para 31/12/2026				
Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	5,00	5,00	3,00	13,00
Nº de membros Remunerados	5,00	5,00	3,00	13,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	6.013.813,00	-	6.013.813,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	6.013.813,00	-	6.013.813,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-

Remuneração variável - Exercício Social encerrado em 31/12/2025				
Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	5,00	5,00	3,00	13,00
Nº de membros Remunerados	5,00	5,00	3,00	13,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	5.229.402,61	-	5.229.402,61
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	5.229.402,61	-	5.229.402,61
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais.	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais.	N/A	N/A	N/A	N/A

Remuneração variável - Exercício Social encerrado em 31/12/2024				
Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	5,33	5,00	3,00	13,33
Nº de membros Remunerados	5,33	5,00	3,00	13,33
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	4.157.358,07	-	4.157.358,07
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	4.157.358,07	-	4.157.358,07
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais.	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais.	N/A	N/A	N/A	N/A

Remuneração variável - Exercício Social encerrado em 31/12/2023				
Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	6,00	5,00	3,00	14,00
Nº de membros Remunerados	6,00	5,00	3,00	14,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	3.826.998,00	-	3.826.998,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	3.826.998,00	-	3.826.998,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais.	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais.	N/A	N/A	N/A	N/A

Conforme anteriormente informado, os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal não fazem jus à remuneração variável.

8.4 - Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

Em 6 de julho de 2023, conforme proposta da administração aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 06 de junho de 2023, foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de acionistas o Plano de Concessão de Ações da Companhia, um instrumento de remuneração a longo prazo. Abaixo, seguem as principais características e os objetivos do plano:

I. Principais características do plano de concessão de ações:

a. Potenciais beneficiários

São potenciais beneficiários os diretores estatutários ou não, gerentes, executivos e empregados, colaboradores e prestadores de serviços da Companhia e suas controladas ("Beneficiários").

b. / c. Número máximo de opções a serem outorgadas (no caso, o número de máximo de ações que podem ser concedidas) / Número máximo de ações abrangidas pelo plano

O número máximo de ações que poderão ser concedidas no âmbito do Plano é de 2.252.627 (duas milhões, duzentas e cinquenta e duas mil, seiscentas e vinte e sete) ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, equivalente, nesta data, a aproximadamente 1,75% (um inteiro e setenta e cinco centésimos por cento) do capital social total da Companhia.

As concessões de ações que caducarem, por qualquer motivo, não serão computadas para efeitos do limite previsto acima e, portanto, ficarão novamente disponíveis para futura concessão à Beneficiários selecionados pelo Conselho de Administração nos termos do Plano.

d. Condições de aquisição

Caberá ao Conselho de Administração da Companhia definir os termos e condições das outorgas das concessões de ações aos Beneficiários, os quais deverão estar previstos em programas e/ou contratos de concessão.

Sem prejuízo de outros termos e condições estabelecidos nos respectivos programas e contratos de concessão, o Conselho de Administração deverá observar, no mínimo, as seguintes condições:

(a) cumprimento de metas de valorização do valor de mercado da Companhia; e

(b) a entrega das ações concedidas deverá ocorrer no prazo mínimo, contados da assinatura do respectivo contrato de concessão, de: (i) 18 (dezoito) meses para Beneficiários com mais de 12 (doze) meses de vínculo com a Companhia; e (ii) 30 (trinta) meses nos demais casos.

e. Critérios pormenorizados para fixação do preço de exercício

Não aplicável. A concessão das ações não depende de contraprestação financeira pelo Beneficiário.

f. Critérios para fixação do prazo de exercício

O Conselho de Administração definirá os prazos e condições para transferência das ações aos Beneficiários, sendo certo que a entrega das ações concedidas aos Beneficiários deverá ocorrer no prazo mínimo de: (i) 18 (dezoito) meses contados da outorga para Beneficiários com mais de 12 (doze) meses de vínculo com a Companhia; e (ii) 30 (trinta) meses, nos demais casos, em ambos os casos contados da assinatura do respectivo contrato de concessão.

g. Forma de liquidação de opções

O Plano estabelece que, para satisfazer as obrigações da Companhia de entregar ações concedida nos termos do Plano, a Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração: (i) emitir novas ações através de aumento do capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado; e/ou (ii) utilizar ações mantidas em tesouraria, observadas as regras previstas na Lei nº 6.404/1976. A critério do Conselho de Administração, a Companhia poderá liquidar, em dinheiro, uma parcela ou a totalidade das ações concedidas.

Os Beneficiários somente receberão as ações concedidas se cumpridas as metas relacionadas ao desempenho da Companhia e à sua permanência na Companhia.

h. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Plano poderá ser extinto: (i) a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral; (ii) em razão da falência, dissolução ou liquidação da Companhia; (iii) em caso de cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia; e (iv) pelo decurso de um prazo de 10 (dez) anos contados da data de aprovação do Plano.

A Assembleia Geral da Companhia poderá, a qualquer tempo, deliberar e aprovar alterações ao Plano, incluindo, mas não se limitando a sua prorrogação.

Na hipótese de operações de reorganização societária, tais como transformação, incorporação, fusão, cisão e incorporação de ações, caberá ao Conselho de Administração, avaliar eventuais ajustes no Plano de forma a manter o equilíbrio das relações entre as partes, sem prejuízos à Companhia ou aos Beneficiários.

Observado os termos do Plano, o Conselho de Administração poderá determinar a antecipação do prazo total para a entrega das ações concedidas aos Beneficiários, ou a liquidação antecipada dos direitos outorgados.

II. Justificativa para o plano de concessão de ações:

a. Os principais objetivos do plano

O objetivo do Plano é permitir que a Companhia: (i) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais e das metas da Companhia, incentivando a integração dos Beneficiários à Companhia e o alinhamento dos interesses dos Beneficiários com os interesses da Companhia e seus acionistas; (ii) reforçar a capacidade da Companhia de atrair e manter diretores estatutários ou não, gerentes, executivos e empregados de alto nível, com vistas ao desenvolvimento das atividades da Companhia, oferecendo-lhes a possibilidade de receberem ações da Companhia e buscando um comprometimento de longo prazo de tais executivos com os objetivos da Companhia; e (iii) compartilhar a criação de valor, bem como os riscos inerentes ao negócio da Companhia.

b. A forma como o plano contribui para esses objetivos

O objetivo do Plano é promover um maior alinhamento de interesses entre o Beneficiário e a Companhia, que será obtido pelo oferecimento da oportunidade aos Beneficiários de se tornarem acionistas da Companhia.

A concessão de ações no âmbito do Plano está atrelada, dentre outras metas, a valorização do valor de mercado da Companhia, de modo a permitir que o Beneficiário se comprometa com os objetivos de longo prazo da Companhia e na geração de valor.

Outra meta prevista no Plano é a permanência do vínculo entre o Beneficiário e a Companhia para que, no futuro, ele possa receber as ações. Essa meta estimula a permanência do Beneficiário nos quadros da Companhia, retendo talentos e garantindo a continuidade das atividades da Companhia.

c. Como o plano se insere na política de remuneração da companhia

A Política de Remuneração de Administradores da Companhia, aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 24 de outubro de 2018 ("Política"), que estabelece as regras, diretrizes e métodos a serem observados para determinar a remuneração dos administradores da Companhia, prevê a possibilidade de fixação de remuneração de longo prazo, incluindo, atrelada à concessão de ações.

d. Como o plano alinha os interesses dos beneficiários e da companhia a curto, médio e longo prazo

O Plano busca estimular a melhoria na gestão da Companhia e a permanência de seus Beneficiários na Companhia (retenção), visando ganhos pelo comprometimento com os resultados de médio e longo prazo da Companhia.

Como explicado no item b acima, a concessão de ações no âmbito do Plano está atrelada, dentre outras metas, à valorização do valor de mercado da Companhia, o que busca estimular resultados sustentáveis que gerem valor para a Companhia ao longo do tempo.

Dessa forma, o Plano alinha os interesses da Companhia e dos Beneficiários, ao incentivar o comprometimento com a valorização das ações da Companhia e o atingimento de metas estipuladas pelo Conselho de Administração, como condicionantes ao recebimento das ações pelos Beneficiários.

III. Estimativa das despesas da companhia decorrentes do plano, conforme as regras contábeis que tratam desse assunto:

De acordo com a legislação aplicável e com as normas contábeis vigentes e as características do Plano, a contabilização de cada programa ocorrerá no prazo de carência previsto em cada Contrato e deverá, necessariamente, observar as variáveis atualmente disponíveis relacionadas ao preço da ação da Companhia.

A Companhia reconhece como despesa o valor justo das ações concedidas durante o período no qual o direito é adquirido (período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas). Na data do balanço contábil, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de ações, cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições estabelecidas.

O impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, é reconhecido na demonstração do resultado, em contrapartida à reserva de capital no patrimônio líquido.

8.5 - Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, tendo em vista que não havia remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações do conselho de administração e da diretoria estatutária da Companhia reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente.

8.6 - Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, pois não há opção de compra de ações outorgada pela Companhia aos seus administradores nos 3 últimos exercícios sociais ou prevista para o exercício social corrente.

8.7 - Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, tendo em vista que não há qualquer opção em aberto detida pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária da Companhia ao final do último exercício social.

8.8 - Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, tendo em vista que não há opção de compra de ações exercidas e nenhuma ação foi entregue, relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia nos últimos 3 últimos exercícios sociais.

8.9 - Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, tendo em vista que não há remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais ou prevista para o exercício social corrente, do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

8.10 - Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, tendo em vista que não há outorga de ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente.

8.11 - Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, tendo em vista que não foram entregues ações no âmbito de plano de remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais.

8.12 - Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 6 de julho de 2023, foi aprovado o Plano de Concessões de Ações que estabelece termos e condições contratuais para a outorga, pela Companhia, de até 2.252.627 ações de sua emissão (equivalente a 1,75% do capital social total na data), aos seus principais gestores da alta administração. Até 31 de dezembro de 2025 foram outorgadas 2.099.514 ações, através de 34 contratos.

Em 2025 foram entregues 1.022.055 ações, cujos vestings foram concluídos até agosto de 2025 para 5 diretores estatutários e foram liquidadas através de transferência das ações em tesouraria para os beneficiários pela quantidade líquida das ações correspondentes ao valor da retenção do imposto de renda pessoa física.

(a) modelo de precificação

A outorga das ações do Plano de Concessão de Ações está condicionada à permanência do executivo no cargo por um período pré-determinado e valorização da ação de pelo menos 5%, comparada ao valor de outorga, por igual período. O cálculo do preço mínimo para vesting das ações é baseado na cotação média dos últimos 30 dias anteriores a data outorga.

(b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco.

Conforme informado acima, ao aplicar a valorização mínima de ao menos 5%, ocorreram 2 vestings durante o ano de 2025, sendo a primeira outorga realizada ao preço médio de R\$5,28 (uma variação de 10,5%) e a segunda outorga realizada ao preço médio de R\$8,41 (variação de 76,0%). A primeira outorga foi baseada com prazo mínimo de 12 (doze) meses e a segunda outorga com prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) meses. Por ser um Plano de Concessão de Ações não se aplicam a adoção de taxa de juros livre de risco.

(c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

O método utilizado foi a adoção do preço médio simples dos últimos 30 dias do preço de fechamento das ações emitidas pela Companhia (B3: SEER3) e a permanência dos executivos pelo tempo determinado antes do vesting.

(d) forma de determinação da volatilidade esperada

Não se aplica por ser um plano de concessão de ações.

(e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não

8.13 - Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos no Brasil ou no exterior, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

Em 31 de dezembro de 2025, os membros da administração detinham as seguintes participações acionárias na Companhia:

Órgão	Ações ⁽¹⁾		Opções	
	Número	%	Número	%
Conselho de Administração	75.484.985	58,64%	0	0
Diretoria	1.217.730	0,95%	0	0
Conselho Fiscal	0	0	0	0

⁽¹⁾ As ações de titularidade de membros que integram a Diretoria e o Conselho de Administração estão sendo consideradas como de titularidade de membros do Conselho do Administração, apenas.

8.14 - Em relação aos planos de previdência em vigor, conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Não aplicável, pois não possuímos planos de previdência em vigor aos membros do Conselho de Administração e/ou da Diretoria Estatutária.

8.15 - Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

Remuneração individual - Exercício Social encerrado em 31/12/2025				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5	5	3	13
Nº de membros Remunerados	5	5	3	13
Valor da maior remuneração individual.	4.003.881,84	5.161.369,04	120.000,00	9.285.250,88
Valor da menor remuneração individual.	300.000,00	1.015.702,83	120.000,00	1.435.702,83
Valor médio de remuneração individual (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados).	998.244,28	3.442.821,17	120.000,00	1.735.794,40

Remuneração individual - Exercício Social encerrado em 31/12/2024				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,33	5	3	13,33
Nº de membros Remunerados	5,33	5	3	13,33
Valor da maior remuneração individual.	2.481.240,00	2.548.075,98	120.000,00	5.149.315,98
Valor da menor remuneração individual.	300.000,00	530.476,45	120.000,00	950.476,45
Valor médio de remuneração individual (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados).	747.420,00	1.953.479,81	120.000,00	1.058.522,93

Remuneração individual - Exercício Social encerrado em 31/12/2023				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6	5	3	14
Nº de membros Remunerados	6	5	3	14
Valor da maior remuneração individual.	2.481.240,00	2.433.800,00	120.000,00	5.035.040,00
Valor da menor remuneração individual.	300.000,00	507.234,80	120.000,00	927.234,80
Valor médio de remuneração individual (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados).	695.540,00	1.838.934,89	120.000,00	980.565,32

Diretoria	
31/12/2025	O número total de membros e de membros remunerados de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular/Anual-2026-CVM/SEP. O membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante 12 meses do exercício social. A menor remuneração anual individual foi apurada com a exclusão de todos os membros que exerceram a função por menos de 12 meses.
31/12/2024	O número total de membros e de membros remunerados de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular/Anual-2026-CVM/SEP. O membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante 12 meses do exercício social. A menor remuneração anual individual foi apurada com a exclusão de todos os membros que exerceram a função por menos de 12 meses.
31/12/2023	O número total de membros e de membros remunerados de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular/Anual-2026-CVM/SEP. O membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante 12 meses do exercício social. A menor remuneração anual individual foi apurada com a exclusão de todos os membros que exerceram a função por menos de 12 meses.
Conselho de Administração	
31/12/2025	O número total de membros e de membros remunerados de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular/Anual-2026-CVM/SEP. O membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante 12 meses do exercício social. A menor remuneração anual individual foi apurada com a exclusão de todos os membros que exerceram a função por menos de 12 meses.
31/12/2024	O número total de membros e de membros remunerados de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular/Anual-2026-CVM/SEP. O membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante 12 meses do exercício social. A menor remuneração anual individual foi apurada com a exclusão de todos os membros que exerceram a função por menos de 12 meses.
31/12/2023	O número total de membros e de membros remunerados de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular/Anual-2026-CVM/SEP. O membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante 12 meses do exercício social. A menor remuneração anual individual foi apurada com a exclusão de todos os membros que exerceram a função por menos de 12 meses.
Conselho Fiscal	
31/12/2025	O número total de membros e de membros remunerados de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular/Anual-2026-CVM/SEP. O membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante 12 meses do exercício social. A menor remuneração anual individual foi apurada com a exclusão de todos os membros que exerceram a função por menos de 12 meses.
31/12/2024	O número total de membros e de membros remunerados de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular/Anual-2026-CVM/SEP. O membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante 12 meses do exercício social. A menor remuneração anual individual foi apurada com a exclusão de todos os membros que exerceram a função por menos de 12 meses.
31/12/2023	O número total de membros e de membros remunerados de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular/Anual-2026-CVM/SEP. O membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante 12 meses do exercício social. A menor remuneração anual individual foi apurada com a exclusão de todos os membros que exerceram a função por menos de 12 meses.

8.16 - Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor:

Não aplicável, pois não temos arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

8.17 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

Órgão	Exercício encerrado em		
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Conselho de Administração	46,06%	38,48%	41,44%
Diretoria	50,09%	57,76%	54,81%
Conselho Fiscal	3,85%	3,76%	3,75%

8.18 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Não aplicável, pois os administradores da Companhia não recebem e não receberam nos últimos três exercícios sociais remuneração por qualquer outra razão que não a função que ocupam.

8.19 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não aplicável, pois os administradores da Companhia não recebem e não receberam nos últimos três exercícios sociais remuneração reconhecida no resultado dos controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e/ou das controladas da Companhia.

8.20 - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Não existem outras informações sobre este item “8” que a Companhia julgue como sendo relevantes.